

Tribuna da Luta Operária

ANO VI — Nº 205 — DE 25 DE FEVEREIRO A 3 DE MARÇO DE 1985

Cr\$ 700

Rockefeller abre o jogo: RECEITA IMPERIALISTA PARA SAQUEAR O BRASIL

Escândalo do Sulbrasileiro envolve generais e coronéis

Agora o governo usa dinheiro público para cobrir o rombo. Página 3

Para o arquibilionário banqueiro americano David Rockefeller, que acaba de visitar o Brasil, o problema da economia brasileira é excesso de nacionalismo e a solução está em criar facilidades ainda maiores para

os capitais estrangeiros! A indecorosa proposta articula-se com a suspensão do crédito do FMI para este trimestre, objetivando pressionar e subjugar o governo Tancredo Neves logo em seus primeiros dias. Pág. 3



Legalidade do PC do B em ritmo de campanha

Criam-se condições para conquistar a legalização num prazo curto; e começam as mobilizações. Págs. 4 e 5

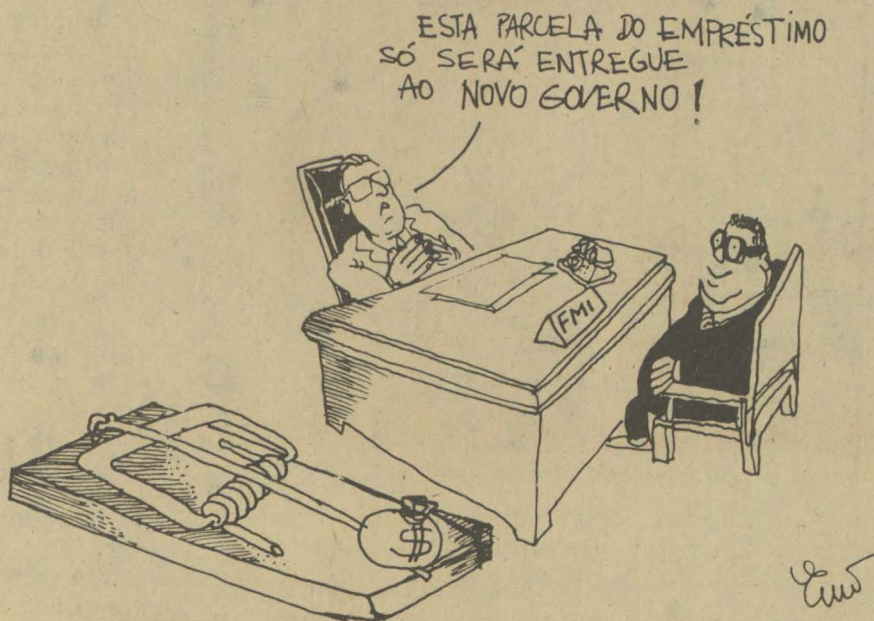


Foto Allion S. Leite

Jovens de todo o País participaram do Congresso em Curitiba

Grande êxito no Congresso da UJS

Mais de 900 jovens participaram do encontro da União da Juventude Socialista, que estabeleceu como meta filiar 50 mil jovens socialistas até o final do ano. E lançou a campanha com o tema "Emprego, Esporte e Cultura para a Juventude" em 1985. P.4



Metalúrgico de Niterói expõe como os operários conscientes encaram o escândalo da Sunaman e o suicídio do proprietário do Estaleiro Mauá. Pág. 8

fala o POVO

Máfia de branco enriquece com a doença do povo

Escândalo no Inamps, onde os poderes de um sistema que visa o lucro e não a saúde. Página 10

Latifúndio ameaça de morte deputado Paulo Fontelles

O deputado e advogado dos posseiros do Pará está na alca de mira dos grileiros. Página 6

Constituinte soberana

Livre e soberana, é como todos os democratas entendem que deva ser a Assembléia Constituinte, em 1986. Isto precisa ser assegurado desde os preparativos, até a elaboração de um anteprojeto e a aprovação da própria Constituição. Não tem sentido, por isto mesmo, o Executivo nomear uma comissão especial desde já, para formular um documento proposta, que amarraria a discussão do assunto e condicionaria a tarefa dos constituintes a meros retoques no texto pré-fabricado.

Tancredo Neves aventou a hipótese de nomear uma "comissão constitucional de alto nível para elaborar um anteprojeto de Constituição" em sua entrevista à imprensa logo depois de retornar da viagem ao exterior. E a idéia logo foi apoiada com entusiasmo por setores mais conservadores, interessados em mudar o mínimo possível. Não se trata de duvidar da boa intenção do presidente eleito em colaborar para o bom andamento dos trabalhos da Constituinte. Mas, no caso, o método não corresponde às necessidades da democracia e mesmo a declarações anteriores do próprio Tancredo.

Situando com muita precisão o significado da Constituinte, e atendendo à expectativa popular, logo após a sua escolha no Colégio Eleitoral, o presidente eleito assinalou que "A Constituição não é assunto restrito aos juristas, aos sábios ou aos políticos". E convocou os brasileiros para um grande debate constitucional "em todos os auditórios, na imprensa e nas ruas, nos partidos e parlamentos, nas universidades e nos sindicatos". Indicava desta forma o caminho apropriado para as mudanças que a nação reclamou e aplaudiu nas praças públicas nos memoráveis momentos da campanha democrática de 1984.

De fato, as mudanças dependerão sobretudo da participação popular e da capacidade dos representantes eleitos para a missão constitucional de interpretar o sentimento do povo e as

necessidades do País. As massas ganharam muita experiência na luta pela democracia. Agora, em condições de liberdade, pretendem debater e sistematizar suas idéias sobre os rumos para sair da crise e promover o progresso. A Constituição deve refletir este movimento vivo, esta ebulição progressista e, ao mesmo tempo, registrar as modificações ocorridas no sistema de produção, assim como abrir espaço para as novas transformações. Uma comissão nomeada fora deste processo, e um anteprojeto por ela elaborado, atenderiam mais aos acordos de bastidores que às exigências dos trabalhadores.

A Constituição tem uma idéia central que orienta todo o seu conteúdo. O debate político "nos auditórios, nas ruas, nos sindicatos", como Tancredo reconheceu anteriormente, é que vai traçar este rumo, e também vai definir as orientações sobre questões gerais a respeito do sistema de poder, da soberania nacional, da reforma agrária, dos direitos do povo. Uma comissão escolhida agora não poderia estar afinada com este processo. Entravaria a manifestação democrática do povo e amarraria a Constituinte com idéias e concepções conservadoras, inadequadas ao processo de transição em curso.

Além disto, os representantes eleitos para a Constituinte devem ter a mais ampla soberania. Qualquer ingerência externa na sua atividade deve ser criticada. Tanto os procedimentos para elaborar a nova Carta como uma necessária comissão para discutir um anteprojeto devem partir da própria Constituinte. O Executivo não deve se imiscuir no assunto.

Não se pode condenar entretanto a Presidência da República no caso de se propor a enviar sugestões a serem submetidas à Constituinte. E que para isto crie uma comissão auxiliar com representantes das várias correntes políticas. Mas isto é muito diferente de elaborar um anteprojeto.

Divisão e crise entre os revisionistas franceses

O Partido "Comunista" Francês, PCF, fechou seu 25º Congresso dia 10 último com uma ruidosa mas nada convincente declaração de guerra a seu aliado de anteontem, o Partido "Socialista" do presidente François Mitterrand. Dividido, decadente, confuso, com uma política de cata-vento, o PCF tornou-se bem um exemplo de aonde leva a traição social-democrata.

No fundo foi esse o assunto do debate que a base, desanimada e em grande parte insatisfeita, desenvolveu durante o 25º Congresso.

Naturalmente tudo não passou das entrelinhas. Ao final, Georges Marchais permaneceu na secretaria geral do partido, que ocupa há 15 anos. A alardeada dissidência que aflorou nas discussões preparatórias, além de mostrar-se bastante raquítica, colocou-se ainda mais à direita que a direção revisionista ortodoxa do PCF. Desse mato não sai coelho.

Mas é sintomático que as críticas não atingiram apenas Marchais — qualificado de "o homem da derrota" por um dos dissidentes, Marcel Rigout, ex-ministro de Mitterrand. E que o outro líder da chamada dissidência "renovadora", Pierre Juquin (afastado do Birô Político mas mantido no Comitê Central), tenha datado as derrotas do partido "de mais de 20 anos para cá". Realmente vem de longa data a crise degenerativa que reduziu o PCF a uma pálida e grotesca caricatura do grande partido comunista que ele foi um dia.

GERENTE DO CAPITALISMO

Em tempos idos, nas eleições de novembro de 1946, o PCF chegou a ter apoio de mais de 30% do eleitorado francês, enquanto era o Partido "Socialista" que padecia de raquitismo e era visto com desconfiança pela classe operária. Por quê? Porque o PCF aparecia então empunhando a bandeira da revolução: era o partido da heróica resistência armada à ocupação nazista, dos parti-

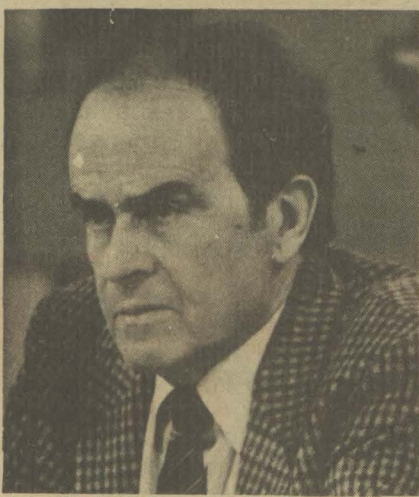
zans e dos 100 mil mártires fuzilados pelos ocupantes. Enquanto o PS tinha a imagem de partido conciliador, sem princípios, pronto a traficar com os interesses dos trabalhadores em acordos inescrupulosos com a burguesia francesa e até com os Estados Unidos.

O PCF foi escorregando ano após ano no lodo do oportunismo e do revisionismo. Trocou a bandeira da revolução socialista pela das reformas dentro do capitalismo, ou, como se disse na França, a "política do punho cerrado" pela "política da mão estendida".

Esse processo foi tornando o PCF cada vez mais parecido com o PS. Ambos passaram a partilhar a mesma natureza social-democrata. E durante mais de uma geração o PCF educou a classe operária segundo a visão ilusória de que o PS era amigo dela, e de que uma aliança PCF-PS, pela via eleitoral, abria caminho para o socialismo na França.

Graças a essa ajuda o PS pôde retocar sua maquiagem, disfarçando as rugas social-democratas e aparecendo como se fosse uma força jovem, partidária de transformações estruturais, digna da confiança dos trabalhadores. E mais ainda: por ser mais experiente, competente e confiável para a tarefa de gerir os negócios do capitalismo, terminou suplantando o já então degenerado Partido Comunista Francês.

Depois de várias idas e vindas, esse processo terminou por desembocar, em maio de 1981, na eleição do presidente François Mitterrand à frente de uma coalisão do PS com o PCF. Quatro di-



Marchais: "homem da derrota"

rigentes do partido de Marchais entraram no Ministério de Mitterrand. Aparentemente, era a realização da estratégia revisionista de transição para o "socialismo" sem luta de classes nem revolução, pelo caminho da "mão estendida". Mas os fatos iriam jogar rapidamente por terra esse castelo de mentiras.

FIASCO NAS ELEIÇÕES

Logo em seu segundo ano, o governo Mitterrand desmascarou-se como zeloso gerente da crise capitalista. Em vez de se criarem 250 mil novos empregos por ano, conforme o prometido, o número de desempregados subiu de 1,6 milhão para 2,5 milhões. Somente no ano passado, e no setor da construção civil e obras públicas, houve 73 mil novas demissões.

Como complemento dessa política de "austeridade", Mitterrand deu seqüência à mesma linha deslavadamente pró-americana e neocolonialismo fora das fronteiras da França — intervindo militarmente no Chade e, agora, procurando esmagar a ferro e fogo a luta do povo da Nova Caledônia por sua independência.

Para o PCF, foi o desastre. Enquanto floresciam as ilusões no "socialismo" de Mitterrand, ele perdeu grande parte de seu eleitorado para o PS. E quando buscou o caminho da ruptura, retirando-se do Ministério, nem por isso se recuperou. Nas últimas eleições realizadas na França, para o Parlamento Europeu, o PCF ficou com apenas 11,2% dos votos — o pior desempenho desde 1928. O eleitorado, desiludido com a farsa mitterrandiana mas ainda em busca de uma alternativa, já não vai atrás do partido de Marchais.

O 25º Congresso aparece então como uma canhestra tentativa de dar a volta por cima, falando grosso com o governo para tentar recuperar o prestígio que se foi. O clima, contudo, foi de velório, não tanto pela divisão — que não passa de um subproduto das derrotas —, mas pela sensação incômoda de que se discutia a linha de um partido em extinção.

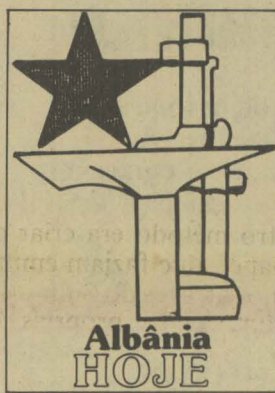


Mortalidade infantil na Albânia é 40% mais baixa que nos demais países da Europa

População aumenta e a vida melhora na Albânia

Considerando o atual nível de natalidade e reduzindo ainda mais a mortalidade infantil, se prevê que no ano 2000 a população albanesa chegue aos 4 milhões de habitantes. É o que analisam os economistas Koço Skënderi e Ylli Vejziu em artigo do qual publicamos trechos:

A marcha dos processos demográficos depende do caráter do regime econômico-social em que vive e trabalha a população. Esses processos dependem de leis objetivas e são um dos fatores que de-



Albânia HOJE

terminam o conjunto do desenvolvimento econômico-social.

"Todo modo de produção historicamente específico — escreveu Marx em *O Capital* — tem suas próprias leis particulares de população de caráter histórico." Marx refutou as pretensões dos malthusianos, que buscavam explicar a grave situação econômica dos operários e o desemprego mediante a chamada progressão geométrica da população em relação ao crescimento em progressão aritmética da produção.

Atualmente, nos países capitalistas desenvolvidos, apesar de que se produz um escasso incremento demográfico, o desemprego e a pobreza se intensificam continuamente. Portanto o desemprego e o empobrecimento das massas trabalhadoras têm sua raiz no modo capitalista de produção. Na Albânia, contudo, embora o ritmo de crescimento da população seja muito maior que nos países desenvolvidos da Europa, o conjunto da população ativa está ocupada no trabalho útil social e o nível de bem-estar

cresce constantemente.

Na Albânia a reprodução ampliada da força de trabalho é parte integrante da reprodução ampliada socialista. Leva-se em conta a lei socialista da população, cuja

essência é seu contínuo incremento, a ocupação racional do conjunto da população apta para o trabalho, o incessante crescimento do bem-estar material e cultural do povo.

CRESCENTE BEM-ESTAR

Durante a construção socialista na Albânia as principais características dos processos demográficos foram: primeiro, ritmos relativamente elevados de crescimento demográfico, satisfazendo cada vez melhor as necessidades do desenvolvimento acelerado da economia, da cultura e da capacidade defensiva do país. Segundo, plena ocupação da população ativa, o que influiu no rápido incremento do produto social e da renda nacional. Terceiro, distribuição territorial da população, assegurando um desenvolvimento harmônico do campo e da cidade, dos distintos ramos da economia, da cultura e da defesa do país. Quarto, o desenvolvimento demográfico foi acompanhado por uma revolução no terreno do en-

no, da cultura e da saúde pública.

Entre 1971 e 1982 a população albanesa cresceu 54 mil pessoas por ano (ritmo de crescimento anual de 2,2% — quatro vezes superior ao ritmo de crescimento demográfico no resto da Europa). O crescimento médio anual da população urbana foi de 22 mil pessoas e da população rural de 32 mil pessoas. Hoje 2/3 da população vive no campo, ocupadas principalmente nos setores agrícolas e em outras atividades, estendendo-se cada vez mais às zonas rurais, a indústria e outras atividades econômicas e sócio-culturais.

Esta estrutura da população e seu incremento em todas as regiões do país é um fenômeno diametralmente oposto ao que ocorre nos países do mundo capitalista, burguês e revisionista, onde a agricultura se degrada e o campo é abandonado, onde a população rural, arruinada, invade as grandes cidades, onde engrossa as filas dos desempregados.

As medidas tomadas pelo Partido do Trabalho da Albânia em 1981, prolongando de 84 a 170 dias a licença pré e pós-natal, influiu enormemente no aumento da natalidade, como na redução da mortalidade infantil. Por exemplo, de 71.400 nascimentos por ano entre 1978-1981, em 1982 alcançou 77.300, assinalando um incremento de 8,3% no ritmo de nascimentos destes últimos anos. Também o número de matrimônios para cada 1.000 habitantes cresceu. De 6,8 por 1.000 que eram em 1970, em 1980 chegaram a 8,1 e a 8,9 em 1982. Quanto ao nível de mortalidade entre as crianças menores de 1 ano, é 40% mais baixo que nos demais países europeus.



No poder, a social-democracia aumentou o desemprego na França

Operários bolivianos contra medidas impostas pelo FMI

A instabilidade política continua agitando a Bolívia. No início do mês o presidente Siles Zuazo decretou aumentos extorsivos que agravaram ainda mais a penosa situação dos trabalhadores: os serviços públicos foram majorados em 500%, os alimentos básicos em 300% e a gasolina em 400%; para coroar as medidas antipovo, a moeda local foi desvalorizada em 500%. Isso pouco depois de a classe operária conquistar um aumento salarial de 200%, recorrendo às greves... A Central Operária Boliviana (COB) considerou as medidas "brutais e selvagens".

A economia do país está exaurida. E o amargo remédio imposto pelo FMI, que o governo Zuazo cumpre, só tem piorado a situação. Quando assumiu, em outubro de 1982, Zuazo encontrou uma inflação de 300% ao ano. Em 1984 ela foi de 2.700%! Os trabalhadores são as principais vítimas dessa crise, e realizam greves em defesa de seus direitos.

O presidente Zuazo, vez por outra, atende às reivindicações dos trabalhadores, embora as medidas econômicas que adota, anulem na prática as conquistas operárias. Mesmo assim, é alvo constante das pressões das oligarquias dominantes, dos imperialistas, e das forças armadas reacionárias, que chegaram a seqüestrá-lo no ano passado e que, somente neste ano, fizeram duas tentativas de



Polícia atira bombas de gás no prédio de uma faculdade, em La Paz

golpe de estado — fracassadas graças à imediata reação do povo em defesa do governo democrático.

RESTRICÇÕES À LIBERDADE

Mas, ultimamente o governo vem cedendo às pressões dos reacionários, e tem intensificado a repressão contra os trabalhadores que lutam por seus direitos. A polícia ataca com bombas de gás lacrimogênio e cassetetes as manifestações populares. O Exército também participa diretamente da repressão. Soldados feriram gravemente sete trabalhadores que faziam um protesto contra as medidas econômicas do governo, em Oruro. Enquanto se fala na decretação do estado de sítio no país, o ministro da Defesa, Manuel Cardenas, afirma que não tolerará "qualquer tipo de pertur-

bação da ordem pública" — ou seja, protestos populares.

Os bancos e várias indústrias do país foram fechados, para impedir manifestações trabalhistas. Os trabalhadores agrícolas estão bloqueando rodovias e ferrovias, exigindo do governo máquinas e o fim dos atravessadores no comércio agrícola. Nas cidades, a COB, as organizações populares e estudantis realizam diariamente passeatas e manifestações de protesto, que se transformam em verdadeiras batalhas campais contra as tropas do Exército e da polícia.

As liberdades públicas estão sofrendo sérias restrições. Isso quando o país se prepara para as eleições gerais, que foram antecipadas de 1986 para 5 de agosto deste ano.

Atrocidades sionistas no Líbano

Enquanto divulga sua "retirada" do sul do Líbano, o exército de Israel continua cometendo as maiores atrocidades contra os habitantes da região. Os acampamentos palestinos são constantemente bombardeados. As tropas sionistas realizam "buscas" nas cidades libanesas, em tudo semelhantes às atrocidades que os nazistas cometiam contra os judeus. Torturam, matam e humilham a população.

Maarakeh foi invadida por hordas sionistas que davam tiros para cima. Em Tiro, um grupo de 200 soldados do governo social-democrata de Shimon Peres ocupou escolas e interrogou

crianças. A população fez um ato de protesto. Os sionistas abriram fogo contra os manifestantes, ferindo 30 populares. Tura, que está sob jurisdição das tropas da Unifil ("força de paz" da ONU), também foi invadida. Os soldados reuniram a população na praça central e realizaram interrogatórios. Casas de suspeitos de colaborarem com a resistência libanesa foram derrubadas por tratores. Uma escola e um orfanato foram ocupados. Os xitas protestaram e foram dispersos a tiros. Vários populares foram mortos e feridos.

A resistência contra os invasores continua. Barrica-

das bloquearam o acesso a Sidon, principal cidade do sul do Líbano. Um carro-bomba feriu e matou dezenas de soldados do exército de ocupação israelense. Dia 7, o setor oriental de Beirute e o sul do Líbano foram paralisados por uma greve contra os ocupantes.

Acuados pela heróica resistência patriótica, os sionistas anunciaram sua "retirada" do país. Na verdade, um deslocamento das tropas da região do rio Awali para a do rio Litani. O ministro da Defesa, Itzhak Rabin, anunciou inclusive que o número de soldados sionistas nas áreas ocupadas vai aumentar, e não diminuir.



O Sulbrasileiro, 13º grupo financeiro do País: destruído pela corrupção

Festival de sujeira e escândalos no sistema financeiro

Estourou no Rio Grande do Sul um dos maiores escândalos financeiros do apodrecido regime militar. Foi decretada a intervenção do Banco Central no Sulbrasileiro, Habitasul e no Montepio da Família Militar. O impacto equivale a um rombo de 1 trilhão de cruzeiros; no festival de sujeira 50 dirigentes tiveram seus bens congelados, entre eles 17 generais e coronéis.

Foi uma reação em cadeia que ainda não terminou. No dia 7 de fevereiro, o Sulbrasileiro soltou um comunicado que hoje parece piada: "O Sulbrasileiro informa que está operando normalmente no mercado. Quanto a eventuais boatos, desconhece suas origens e os classifica como infundados". Poucas horas mais tarde os agentes do Banco Central lavravam as dependências do Grupo e intervinham nas operações.

Quatro dias depois, várias empresas já haviam pedido falência no Sul quando nova bomba estourou: a intervenção no grupo Habitasul, que tinha um buraco na sua caixa calculado, por baixo, em 160 bilhões de cruzeiros. Mais três dias e veio outro golpe, já esperado, mas forte: a intervenção no Montepio da Família Militar. Em uma semana, mais de 100 empresas que giram uma quantia superior a 1,5 bilhão de dólares, tiveram falência decretada ou sofreram intervenção.

A TAÇA DA CORRUPÇÃO

O regime militar brasileiro não leva apenas o campeonato da dívida externa, é também forte concorrente à taça mundial da corrupção. Há muitos anos que o Banco Central e a

Um forte impacto sobre a economia

A crise desencadeada na economia gaúcha tem forte impacto sobre a economia brasileira e até mundial, segundo comentários do próprio "Financial Times", jornal do capital financeiro britânico. O Sulbrasileiro é o 13º grupo financeiro do Brasil. O banco comercial do conglomerado tem 389 agências. Os depósitos totais, segundo o último balanço de junho, somavam 3,5 trilhões de cruzeiros. Os empréstimos externos totalizavam 150 milhões de dólares. Um dos fenômenos que a quebraadeira provoca é a concentração econômica e a ameaça de desnacionalização ainda maior. Com a decomposição do Sulbrasileiro apareceram os urubus atrás da carniça: o Banco já abocanhava uma parte ponderável dos depósitos de poupança; os grandes grupos lutam para ficar com os restos do grupo Sulbrasileiro. O principal concorrente é o Bank of America, através do Multibanco, que está ansioso para entrar em cheio no mercado brasileiro. Mas as negociações ainda não foram encerradas, pois os trustes querem que o governo fique com as dívidas do Sulbrasileiro para pegar o espólio sem "problemas de liquidez". Ou seja, os grandes grupos querem que o dinheiro do povo seja gasto numa "limpeza" para que o filé mignon fique para eles. E tem sido assim no período militar. As pressões são muito fortes para que mais essa negociação se realize rapidamente, antes da posse de Tancredo Neves.

Superintendência de Seguros conheciam as irregularidades praticadas pelo Montepio da Família Militar. Os primeiros processos contra o grupo foram impetrados já em 1979. A função inicial do Montepio era na previdência privada, pagando pensões para seus associados, que chegaram a Cr\$ 107 mil, mas com suas íntimas ligações com o regime militar foi se transformando num forte grupo financeiro, passando a controlar o Sulbrasileiro (60% de participação). Para isso usaram os métodos mais escusos, entre eles o de prometer uma pensão de Cr\$ 1,2 milhão aos associados e só entregar Cr\$ 36 mil. Outro método era criar empresas no papel, que faziam empréstimos externos através do Sulbrasileiro, dando como aval as próprias coligadas que depois repassavam o dinheiro para o Montepio aplicar no controle de toda a rede financeira. Com essa atividade criminosa foi se criando um grupo inchado pelas vistas grossas do Banco Central. São notórias as ligações dos diretores, que hoje estão com seus bens congelados, com as multinacionais e o regime militar. Hélio Prates, general da reserva, um dos pivôs da corrupção, foi governador do Distrito Federal no tempo de Médici; Newton Chiapariní é um dos diretores da Ford Motor Company; Mário Garnero é homem da Volkswagen, do grupo Brasilinvest (que também está sob intervenção branca) e amigo íntimo de Mr. Shultz, homem forte no governo norte-americano.

DINHEIRO DO POVO

O que é mais revoltante nesse episódio do tipo Coroa-Brastel, Carteira de Pecúlio Militar e agora do Montepio da Família Militar, Habitasul e Sulbrasileiro é o uso do dinheiro arrecadado através dos impostos para proteger o capital financeiro, seja qual for o disparate cometido. Em apenas três dias o Estado gaúcho injetou 180 bilhões para ajudar o Sulbrasileiro. O Banco Central fez o mesmo e o BNH também andou injetando somas enormes nas empresas de crédito imobiliário ligadas ao conglomerado. Um dos casos mais escabrosos foi no Loteamento Algarve, na grande Porto Alegre: a Habitasul disse que aplicou 186 bilhões para construir 14 mil casas mas os peritos do BNH só conseguiram encontrar o equivalente a 50 bilhões: 136 bilhões "sumiram". Enquanto uma pequena elite nada em dinheiro e pouco liga para seus bens congelados (pois seus verdadeiros bens estão em nome de testas-de-ferro e nos bancos suíços) os trabalhadores do Vale dos Sinos sofrem um problema imediato: ficam vários dias sem receber seu pagamento; e enfrentam também a ameaça de desemprego pela falência do setor calçadista, fortemente dependente do grupo Sulbrasileiro. No setor da construção civil, que já teve mais de 7 falências importantes, pode-se originar um desemprego de 7 mil pessoas. E os próprios funcionários dos bancos e empresas atingidas já estão perdendo seus empregos. No Sulbrasileiro Crédito Imobiliário, 600 trabalhadores já foram demitidos.

"Sorria a nossa Pátria mãe tão distraída
"Sem perceber que era subtraída
"Em tenebrosas transações..."

Enquanto os brasileiros caíam na folia ao som do gostoso samba "Vai Passar" de Chico Buarque de Holanda, a vida imitava os versos do poeta: de passagem por São Paulo, o arquibilionário americano David Rockefeller afirmava que o mal da economia brasileira é ser nacionalista demais (!). E propunha um "novo modelo de desenvolvimento econômico" no estilo do que vigora em Cingapura, Coréia do Sul, Formosa e outros países asiáticos, que escancararam de vez suas portas ao capital estrangeiro.

No seu pronunciamento na Câmara Americana de Comércio, domingo, dia 13, em São Paulo, Rockefeller recomendou a receita apresentada num estudo feito nos Estados Unidos: "flexibilidade" no tratamento da dívida externa, medidas para atrair capitais estrangeiros, eliminação do controle de preços e, em vez de uma política de substituição de importações, concentração total no esforço para aumentar as exportações.

MODELO NEOCOLONIAL

O diretor do Chase Manhattan Bank confirma, assim, que merece a fama de personagem-símbolo do imperialismo americano (veja o quadro). Em substituição ao modelo antipatriótico implantado pelos generais-presidentes desde 1964, e que já deu o que tinha que dar, ele propõe uma fórmula de entreguismo ainda mais descarada.

Os países asiáticos citados como "exemplo" foram transformados, na verdade, em simples entrepostos industriais e comerciais dos monopólios americanos, japoneses e outros. Antigas colônias de potências estrangeiras, até a época da II Guerra Mundial, podem ser tomados hoje como casos típicos de exploração neocolonial. Dentro da América Latina, o esquema mais próximo a este seria o do Chile de Pinochet, onde os desastrosos resultados para a nação e o povo são bastante conhecidos.

CONSPIRAÇÃO ARTICULADA

Logo no dia seguinte às declarações de Rockefeller, que esteve também conversando com o general Figueiredo e com Tancredo Neves, um artigo publicado no "Wall Street Journal", de Nova York, mostraria que a proposta é para valer.

Citando "fontes da comunidade financeira", o órgão dos banqueiros americanos afirmava que "o

Fundo Monetário Internacional está cortando os créditos ao Brasil até que o País prove que pode cumprir as tarefas econômicas firmadas no programa de austeridade do FMI". E mais, que as negociações com o governo Figueiredo, sobre as contas para 1985 e sobre um "superpacote" envolvendo débitos no valor de 45 bilhões de dólares, estavam suspensas. "Isto significa que o negócio está essencialmente cancelado", dizia um banqueiro ouvido pelo "Wall Street Journal".

A CHANTAGEM DO FMI

No mesmo dia o diretor do FMI, Jacques de Larosière, despachava um longo telex aos banqueiros que têm dinheiro emprestado no Brasil. Usando uma linguagem comedida, e fazendo até elogios a certos aspectos do desempenho econômico brasileiro, pedia até que os banqueiros continuassem liberando as linhas de crédito interbancário e financiamentos comerciais. Mas em substância não desmentia o artigo do "Wall Street".

De fato, a primeira fatia do empréstimo do FMI para 1985 não foi liberada, nem vai ser, pelo menos até 31 de maio próximo, pois o FMI acha necessária "uma reavaliação da situação e a formulação de novas medidas de política, particularmente nas áreas fiscal e monetária".

Isto vale como um tipo de sinal amarelo para os bancos particulares. Mesmo que a curto prazo eles continuem liberando dinheiro para o Brasil, encontram-se em estado de alerta, prontos para bloquear o fluxo a um sinal do Fundo Monetário.

PRESSÃO EM ALTA

Nos últimos dias nota-se sensível endurecimento no jogo do FMI com os países devedores — e o México e a Argentina servem mais uma vez como exemplos, ruínas, para os brasileiros. Na Argentina, caiu terça-feira, dia 20, o ministro da Economia, Bernardo Grispun, tido pelos banqueiros como excessivamente "impetuoso" na defesa dos interesses de seu país. No caso do México, segundo o mesmo "Wall Street Journal", o acordo com o FMI está novamente emperrado, à espera de novas medidas desnacionalizantes do tipo da anunciada há uma semana, privatizando três centenas de empresas estatais, inclusive da área social.

As indecorosas propostas de Rockefeller, a suspensão



O magnata exige um "modelo" ainda mais entreguista

Voz do imperialismo

Praticamente em todo o planeta o nome Rockefeller aparece como exemplo acabado de domínio e exploração imperialista. A família que há cerca de um século vem amealhando uma inacreditável fortuna (David é o caçula da terceira geração de magnatas), primeiro baseada no petróleo e agora espelhada por todos os ramos da economia

David Rockefeller nasceu, há 69 anos, no suntuosíssimo conjunto de mansões da família em Pocatin Hills, servido por mais de 80 quilômetros de estradas internas e nada menos que meio milhão de empregados domésticos. Só a mansão principal, onde morava o velho John Davison Rockefeller, fundador da dinastia, tinha quatro andares, 50 quartos e um hospital completo para uso exclusivo da família, banheiros de mármore e torneiras de prata...

Os Rockefeller dedicam-se a ganhar dinheiro e também a fazer política, para defender os interesses de seu grupo. David, desde 1946, atua no banco da família, o Chase, que em 1956 fundiu-se com o Manhattan, formando o poderoso Chase Manhattan Bank, segundo maior credor do Brasil (o primeiro é o City Bank, também americana). Foi por sua iniciativa

va que construiu-se a magestosa sede do banco em Wall Street, um arranha-céu de 60 andares, ladeado por avenidas de mármore e com o 17º andar reservado para uma bilionária coleção de obras de arte. O Chase Manhattan possui filiais espalhadas pelos cinco continentes, inclusive em Moscou e Pequim, embora tenha perdido a filial-fortaleza de Saigon, inaugurada pelo próprio David, durante a guerra do Vietnã.

No Brasil, o Chase detém mais de 90% das ações do Banco Lar Brasileiro, mas este é apenas um dos incontáveis negócios da família Rockefeller em nosso País. A Esso Brasileira, por exemplo, é controlada pela Exxon Corporation, dos Rockefeller, a maior empresa do mundo em vendas, segundo a revista "Fortune". E o grupo possui interesses em dezenas de outras empresas, desde a Macao atacadista até o macarrão Mijo, as sementes Agrocere e assim por diante.

David Rockefeller tem sido íntimo dos generais-presidentes brasileiros. Já esteve, mais de uma vez, com Médici, Geisel e Figueiredo, com quem conversou em sua última viagem. Dessa vez entrevistou-se, também, com Tancredo Neves, embora o conteúdo da conversa não tenha sido divulgado.

do empréstimo do Fundo e o artigo do "Wall Street Journal" levam a crer que, desde os seus primeiros dias, o governo Tancredo Neves será submetido a forte pressão na área da dívida, no sentido de aceitar condições ainda piores que as existentes até agora. No entanto, o novo governo so-

frerá, também, intensa pressão na direção oposta, vinda dos setores patrióticos e das grandes massas do povo que garantiram sua eleição. Seguramente voltará a soar, com mais intensidade ainda, o brado de combate que já ecoou nos comícios do ano passado: "FMI fora daqui!"

SNI ordenou a devassa na Tribuna

A verdadeira devassa fiscal que está havendo contra a Tribuna Operária foi ordenada pelo SNI (Serviço Nacional de Informações), comandado pelo general Otávio Medeiros. Foi o que revelou o próprio fiscal da Receita Federal Seiji Yamamoto, um dos funcionários federais que estão realizando a investigação na documentação da Editora Anita Garibaldi.

A Tribuna Operária está sofrendo o assédio simultâneo de fiscais da Receita Federal, Ministério do Trabalho e do Instituto de Aposentadoria, Pensões e Assistência Social — IAPAS. Todos no afã de impedir a continuidade do semanário — objetivo não alcançado pelos atentados a bomba, apreensões de edições, processos e ameaças contra seus colaboradores.

A fiscal do Ministério do Trabalho esteve na sede da T.O. no dia 29 de janeiro, no horário em que os funcionários da administração estavam em intervalo para almoço (das 12 às 14 horas).

Mesmo assim, lavrou o auto de infração número 76810105, alegando que não lhes foram exibidos "quaisquer documentos que digam respeito ao fiel cumprimento das normas de proteção do trabalho". "A farsa foi mal montada, pois a fiscal admite no próprio auto que a infração se deu às 13 horas", conta Divo Guisoni, administrador da T.O..

Em Belo Horizonte os fiscais compareceram à T.O. no momento em que ela estava fechada. Mesmo assim lavraram uma multa no valor de Cr\$ 879.972,00, alegando que não tiveram acesso aos documentos desejados...

A Editora Anita Garibaldi está afeita à região Pinheiral, de fiscalização do IAPAS. Mas o fiscal que compareceu para fazer a auditoria na empresa era da região Centro do órgão, dando mostras de que a ordem da devassa, de fato, veio de fora da estrutura interna do Instituto... Em São Paulo existem



Divo Guisoni: "Uma nova perseguição à imprensa operária"

centenas de milhares de estabelecimentos industriais e comerciais. "Somente 154 funcionários da Receita Federal têm que dar conta da fiscalização de todas essas empresas. Pois mesmo no meio de tanto trabalho, a Receita Federal encontrou meios e modos de enviar à Tribuna Operária duas equipes — uma com três e outra com dois fiscais — para investigar nossos pa-

péis", denuncia Divo. Fiscais compareceram às sucursais do jornal no Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Maranhão, Piauí, Paraíba, Amazonas, Mato Grosso e Brasília e outros. "Trata-se, sem sombra de dúvida, de uma nova perseguição à imprensa operária, e merece o veemente repúdio de todos os democratas", conclui Divo Guisoni.



Foto: Alton S. Leite

Congresso de Curitiba: a meta fixada é filiar no mínimo 50 mil jovens até o final deste ano

UJS lança bases para uma grande organização

O 1º Congresso da União da Juventude Socialista (UJS), realizado entre os dias 6 e 10 de fevereiro, em Curitiba, lançou as bases para a consolidação da entidade a nível nacional e sua transformação numa grande organização de massas a serviço da luta pela democracia e o socialismo no País.

Essa a opinião da maioria dos delegados presentes — mais de 900. Provenientes de quase todos os Estados brasileiros, os jovens participaram com grande e igual entusiasmo das atividades culturais, esportivas e políticas durante os cinco dias do encontro.

Realizado com o apoio (inclusive material) das forças democráticas do Paraná, o Congresso foi prestigiado por artistas nacionais, como os cantores e compositores Zé Geraldo, Itamar Correia, o grupo musical Andes, o grupo de teatro Petros (que apresentou a peça “A Mãe”, de Brecht), além de diversos músicos paranaenses.

Divulgado amplamente na imprensa local, transformou-se num fato político reconhecido no Estado pela sua representatividade e pelo caráter amplo com que foi conduzido.

“A UJS”, resume o seu coordenador-geral, Aldo Rebelo, “está consolidando sua influência entre os jovens trabalhadores, estudantes e artistas, de maneira crescente e firme”.

RESOLUÇÕES

Além de eleger a coordenação nacional, o Congresso decidiu que a UJS vai lançar neste ano uma grande campanha com o tema “Emprego, Esporte e Cultura para a Juventude”; e, ao mesmo tempo, engajar os jovens na luta democrática por uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana. Como 1985 foi, também, considerado o Ano Internacional da Juventude pela ONU, a entidade participará e estará à frente das inúmeras comemorações que serão organizadas em todo o País.

Mas, para que essas resoluções não fiquem apenas no plano das intenções, os delegados discutiram amplamente a necessidade de transformar UJS num poderoso instrumento de mobilização das massas.

Foi estabelecida a meta de filiar um mínimo de 50 mil jovens socialistas até o final do ano, sendo que já foram confeccionadas 100 mil carteirinhas de sócios. A disposição para o crescimento é grande: “Nós temos tudo para cumprir com êxito esta resolução”, comentou o vereador

dor de Goiânia e coordenador-geral da UJS em Goiás, Adalberto Monteiro. “Em primeiro lugar, temos a bandeira do socialismo científico, que é o anseio da juventude. Contamos, neste ano, com a vantagem de que o trabalho vai se dar já dentro de um governo democrático e num período de comemoração do Ano da Juventude.”

FLEXIBILIDADE

Com o entendimento da necessidade de fazer um trabalho amplo e massivo, o Congresso debateu os meios para alcançar esse objetivo. A coordenação eleita deseja manter a entidade em harmonia com o dia-a-dia dos jovens, compartilhando de seus problemas e atividades em todos os campos — o esporte, o lazer, a cultura, ao mesmo tempo em que indica os rumos para a solução dos grandes problemas.

“É preciso saber combinar o trabalho em todas essas áreas e as lutas particulares da juventude com nossos objetivos mais gerais, levando em consideração todas as dificuldades existentes, como o nível de consciência, e romper com o trabalho pequeno, de círculos e grupos, realizando atividades capazes de engajar grandes massas”, diz Aldo Rebelo.

O operário-metalúrgico Djalma Pedra, 28 anos, coordenador da UJS no Parque Santa Madalena, em São Paulo, acentua que “será preciso um esforço muito grande para procurar conscientizar os companheiros. É preciso paciência e atuação inteligente para aproximá-los, incentivá-los a participar nos sindicatos, nos debates políticos. Tudo isso exige um trabalho nas fábricas, nos bairros, nas escolas”. Cita que na sua região “mais de 500 pessoas já conhecem e já participaram de atividades desenvolvidas pela entidade. São na maioria operários. Nós organizamos caminhadas, acampamentos e realizamos junto com isso o debate sobre temas políticos. O lazer, o esporte e a cultura podem ajudar e facilitar muito a participação e conscientização dos jovens. Mas nosso trabalho tem que aumentar muito”, acrescenta.

ÊXITOS

A entidade já conta com ótimos exemplos de trabalho eficiente junto aos jovens. Antônio Jorge Bittencourt, 23 anos, coordenador de Esportes da UJS no bairro Nordeste de Amaralina, em Salvador, conta que “a UJS não só é muito conhecida lá como está à frente de quase todas as atividades. Agora mesmo estamos organizando uma Maratona da Juventude com mais de 800 pessoas para o dia 3 de março. Nós trabalhamos com a Associação de Bairros, o Movimento Negro e vemos que o socialismo é muito bem aceito pela juventude nos bairros pobres”.

O líder estudantil Renildo Barbosa Albertin, 19 anos, frisou que “na cidade do Cabo, onde moro, nós iniciamos o trabalho com apenas quatro pessoas, no final de outubro de 84, e logo passamos para 20, 30, 40, 60 e levamos 120 ao Encontro Estadual realizado em Recife, dia 27 de janeiro. Pretendemos filiar na cidade 2 mil até o final do ano. No interior, a UJS tem despertado os jovens sertanejos. Na pequena cidade de Trindade, os jovens organizaram espontaneamente um debate sobre a Juventude e o Socialismo, do qual ficamos sabendo quase por acaso. Hoje, já existe um núcleo da UJS lá”.

Camilo Souza Amaral, 18 anos, também líder estudantil e coordenador municipal da UJS em Campina Grande, na Paraíba, diz que “a entidade organizou o carnaval da vitória depois da eleição de Tancredo, com milhares de pessoas, e tem grande representatividade política, com direito a voz nos atos públicos. A UJS recebeu uma moção de júbilo da Câmara Municipal pela importância que tem para a juventude, apresentada pelo vereador João Dantas do PMDB”.

Um colunista de um jornal alagoano considerou a UJS como “a entidade revelação do ano”, conforme o coordenador estadual em Alagoas, Tomás Beltrão.

AMPLITUDE

Numa demonstração do caráter amplo, aberto e massivo da entidade, bem como da influência que já desfruta no seio dos jovens, o Congresso atraiu membros e simpatizantes do PMDB, PDT, PT e MR-8. “Assumi uma atitude crítica aqui no Congresso porque tinha ouvido muitas coisas contra a UJS”, conta o membro do Diretório Municipal do PT de Contagem (MG), Marco Aurélio Garcia, 24 anos. “Mas vi que a proposta de organizar todos os jovens que lutam pelo socialismo é ampla. Ainda não sou filiado porque isso vai ter repercussão dentro do PT e tenho de discutir antes, mas achei o nível das atividades e dos debates muito bom, considerei tudo bastante amplo e aberto a todos que defendem o socialismo”, disse.

Dessa forma, conforme Aldo Rebelo, “a UJS vai se transformando num instrumento de divulgação das idéias socialistas e num canal de expressão do anseio profundo da juventude pelas transformações radicais que o país reclama”.

S. Paulo fará ato pela legalidade do PC do B

São Paulo deu a primeira arrancada na campanha pela legalidade do PC do Brasil. Como preparação do grande ato público marcado para 23 de março no ginásio do Pacaembu, foi realizada uma reunião que lotou, inteiramente, o plenário Teotônio Vilela da Assembleia Legislativa, no último dia 13 deste mês. Cerca de 300 ativistas, representantes de sindicatos e entidades populares discutiram o assunto, fizeram um balanço das atividades já realizadas e traçaram os rumos da atuação daqui para diante.

Contando com o entusiasmo e os aplausos do plenário, prestaram conta de suas atividades diversas equipes de trabalho, como as de finanças e propaganda, e foram noticiadas várias iniciativas a serem realizadas neste período em todo o Estado. Foi formada ainda uma secretaria que funcionará permanentemente num gabinete cedido pela liderança do PMDB na Assembleia — Telefone 884-1122, sala 1014. A Comissão pela Legalidade informou que já mantém contatos, e deve contar com de-

legações ou representantes no ato do dia 23, de mais de 160 municípios paulistas.

DIFÍCIL VOTAR CONTRA

Estiveram presentes, entre outros, diretores dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo, dos Eletricistas, dos Médicos, dos Trabalhadores na Indústria de Purificação e Distribuição de Água, das Indústrias Alimentícias, de Distribuição de Derivados de Petróleo, representantes da UNE, da UBES, da UBE,

da UMES e de diversos centros acadêmicos, da União da Juventude Socialista, da União de Mulheres de São Paulo, do Conselho de Favelas do Campo Limpo, da Sociedade Amigos da Vila 1º de Outubro, o deputado estadual Benedito Cintra e um representante do deputado Wálter Lazarini, os vereadores Resende, do PMDB de, Ritânia e diretor da UVESP, Washington do PDT de Capão Bonito, e João Bosco do PMDB de São José dos Campos.

Falando em nome da Comissão pela Legalidade, Antônio Barbosa assinalou a importância política da conquista da mais ampla liberdade de organização partidária e, em especial, da luta dos comunistas pela legalidade do partido do proletariado. O deputado federal Aurélio Peres manifestou o seu decidido apoio a esta batalha e mostrou que no Congresso Nacional é inclusive difícil — mesmo para os parlamentares que são adversários conhecidos dos comunistas — alguém votar contra a emenda constitucional já assinada por dois terços dos deputados e senadores e que deve ser votada em regime de urgência logo no início dos trabalhos legislativos deste ano.

NOVA REUNIÃO

Serão realizadas mais duas reuniões deste tipo até o dia da manifestação, 23 de março, uma delas já no próximo dia 26, também na Assembleia Legislativa. O objetivo é coordenar a vasta programação cultural, artística e política já iniciada, e promover o entrosamento com todas as correntes de opinião favoráveis ao direito democrático de atividade legal para os mais diversos partidos e organizações.

Convocação já iniciou

Nota-se uma intensa atividade de preparação do ato pela legalidade do PC do Brasil na capital paulista. Já foram realizadas mais de 150 pinturas de murais na cidade, estão sendo distribuídos mais de 5 mil botões com inscrição pela legalidade e centenas de camisetas e plásticos autocolantes.

Em vários pontos da cidade estão programados lançamentos públicos de comissões pela legalidade. No início de março será na Câmara de Vereadores, com a presença de João Amazonas, que fará uma palestra sobre “A Constituinte e a Legalização dos Partidos”.

No dia 1º será inaugura-

da a sede da Comissão pela Legalidade na área fabril da Lapa. No dia 3 será o lançamento da Comissão na Administração Regional de São Miguel. Dia 10, na sede da Administração Regional da Freguesia do Ó, haverá também o lançamento da Comissão, que fará no dia 16 a inauguração de sua sede.

Estão sendo organizadas 200 caravanas de bairros, escolas e fábricas do município, para o ato do dia 23. Mais de mil listas de adesões estão circulando e cerca de Cr\$ 50 milhões estão sendo recolhidos em bônus entre trabalhadores, intelectuais, democratas.



Foto: César Diniz

O auditório da Assembleia foi pequeno para os participantes da reunião preparatória

Algo de podre aconteceu na sede nacional do PT

O PT transferiu a sua sede nacional para a casa número 260 da rua Onze de Junho, na Vila Mariana, em São Paulo. E para promover a reforma do prédio foram deslocados oito funcionários, um caminhão e materiais da Prefeitura de Diadema, cujo prefeito, Gilson Menezes, é do PT.

Quando o escândalo estourou, por iniciativa de alguns vereadores do PMDB do município que flagraram a equipe da prefeitura no local, houve uma correria entre os petistas para tentar salvar as aparências.

Devanir Ribeiro, presidente regional do partido, apressou-se a declarar que a única coisa que existia era um trato por telefone que ele diz ter presenciado diretamente — entre o prefeito e Lula, para aproveitar o pessoal que “estava em férias”. Mas não soube explicar por que todos os fun-

cionários assinaram o ponto normalmente. Além disso, nenhum deles falou que estava de férias — alegaram que “estavam de folga” naquele dia e explicaram que a marcação do ponto era “coisa burocrática”.

Já Lula afirmou que só havia conversado com Gilson, depois do ocorrido, acertando com ele as medidas a serem adotadas para tratar o caso. Gilson por sua vez, nega qualquer contato com Lula, antes ou depois do flagrante. E dizendo-se “indignado” demitiu dois funcionários da Prefeitura, um deles do PMDB, que por sinal foi um dos que alertou os vereadores sobre as irregularidades.

O fato em si é lamentável. Mas demonstra mais uma vez o equívoco da linha petista de “ir construindo o socialismo no dia-a-dia e a partir de cada posição conquistada”. Não se modifica

o capitalismo pouco a pouco, pedaço por pedaço — esta é a linha de aperfeiçoamento e não de liquidação do sistema burguês. E que leva, inclusive, os que se envolvem neste caminho a embarcarem na mesma canoa burguesa da corrupção e da utilização da máquina estatal para seus próprios objetivos pessoais e de grupo, como acaba de ocorrer com a Prefeitura de Diadema.

Este tipo de coisas serve ainda para pôr a nu a hipocrisia petista, que não se importa em desviar a atenção sobre os podres dos Maluf e outros corruptos do regime militar, dedicando-se enfurecidamente em descobrir erros da oposição em geral, mas que por baixo do pano usa os mesmos expedientes das classes dominantes. Aliás, no caso do Sindicato dos Metalúrgicos de Contagem (ver pág. 7) ocorreu coisa semelhante.



Foto: Alton S. Leite

A Lyra Curitiba animou a abertura do encontro da juventude

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Dificuldades para mudar

A derrota do regime militar abriu um novo horizonte para o País. Este processo não se realizou pela ruptura radical com os velhos esquemas de dominação. Houve, é certo, uma crise política, mas não revolucionária. As massas populares jogaram o papel decisivo na vitória. Entretanto não alcançaram um grau de organização capaz de empolgar a hegemonia da luta democrática e chegar ao poder. Impõe-se aos brasileiros a tarefa de empreender um vigoroso movimento social, progressista, para remover os entulhos do autoritarismo e para garantir os direitos do povo.

COMO MUDAR

Alguns imaginam que, nestas condições, é possível promover subitamente uma virada política, alterar imediatamente todas as alianças até aqui forçadas na luta contra a ditadura e avançar de forma retilínea para as "grandes" transformações. Agem mais de acordo com seus desejos, e com sua pressa pequeno-burguesa, do que com a realidade.

O povo saiu às ruas e elevou o seu nível de consciência. Mas em contrapartida as classes dominantes souberam reciclar seus projetos e, ao engajar-se também na tarefa de pôr fim ao regime, tiveram condições de influir para a formação de um governo de feição democrática mas com acentuada composição conservadora, e traços liberais.

Surgirão, portanto, contradições de certo peso para que o novo governo cumpra de fato a transição que os brasileiros almejam. O que mudar, como e até onde mudar serão problemas candentes a agitar o cenário político. Em torno disto é que se processarão alterações na frente única até então em vigor.

APOIO CRÍTICO

Como ocorreu na luta das diretas-já e na própria campanha em torno de Tancredo Neves, será o povo a principal garantia para que prevaleçam as orientações mais conseqüentes. E como estas batalhas ensinaram, para que isto se realize não basta um simples aceno de mão convocando as multidões ao combate.

A questão decisiva é que o povo faça a sua própria experiência política e abra caminho para promover as mudanças necessárias ao País. O governo a ser empossado em 15 de janeiro tende para o conservadorismo. Mas conta com imensa simpatia popular e não enfrenta até o momento uma pressão das bases significativa no sentido de uma composição mais progressista. Isto aparecerá no curso dos acontecimentos, desde que os setores mais avançados não caiam no artificialismo. O impulso popular no rumo das mudanças terá nesta fase principalmente o caráter de defesa das conquistas democráticas, representará um apoio crítico e independente — apoio sem reboquismo, crítica ao que não corresponde ao sentimento expresso nas praças públicas por milhões, independência na convivência com as demais forças democráticas.

MEXER COM QUEM TEM

No terreno econômico, por exemplo, a opinião popular pode interferir nas soluções para os problemas do País. Alguns justificam que não se pode reduzir os impostos nem elevar os salários porque não existem recursos disponíveis. Entretanto os trabalhadores sabem que os bancos, as grandes indústrias, as multinacionais tiveram lucros fabulosos apesar da crise. E que o Brasil paga bilhões de dólares de juros e amortizações aos credores internacionais. Estão aí somas altíssimas de dinheiro que podem ser colocadas a serviço da retomada do desenvolvimento nacional e da melhoria das condições de vida do povo. Com flexibilidade e firmeza pode-se exigir que o governo mexa nesta área.

(Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Lembrando a FEB

"O exemplo da FEB inspira-nos a trilhar o verdadeiro caminho do dever profissional e a dedicar nossas vidas ao serviço da Pátria". Por mais ridículo que possa parecer, esta foi a declaração do general Walter Pires para lembrar a tomada de Monte Castelo, quando as tropas brasileiras tiveram expressiva vitória contra os nazistas na II Guerra Mundial.

Depois de 21 anos agindo como um partido político, e implantando a ferro e fogo o fascismo no Brasil, o Exército não tem condições de se apresentar aos brasileiros como um instrumento *profissional* sem causar repulsa. E não passa de hipocrisia usar exatamente um episódio da luta antifascista, para tentar encobrir o caráter antipovo que assumiram as Forças Armadas nestes anos de regime militar.

É também revoltante assistir aos patrocinadores da maior escalada entreguista jamais vista na história do Brasil, virem a público bater no peito e com a maior *inocência* falar em "morrer pela pátria".

Derrotar cabalmente o militarismo, colocar as Forças Armadas sob o controle dos poderes constituídos, levantar a bandeira da soberania nacional são exatamente tarefas básicas que o povo espera da nova República, com a derrota da ditadura militar.

Os comunistas tiveram papel destacado na campanha democrática que levou milhões de brasileiros às praças públicas de todo o país em 1984. Como fruto da vitória desta batalha contra a ditadura, coloca-se a possibilidade concreta de legalização da atividade do Partido Comunista do Brasil e de todas as correntes políticas até então ilegais.

Nesta magnífica movimentação de massas, o Partido levou suas bandeiras vermelhas às ruas e falou às multidões nos comícios. Conviveu e atuou em frente única com as mais diversas forças democráticas. Sua conduta firme mas ampla e flexível granjeou respeito e admiração entre os aliados. Suas propostas políticas passaram a ser conhecidas e discutidas pelo povo, merecendo a simpatia de significativas parcelas da opinião pública. A classe operária pôde rever abertamente o seu destacamento de vanguarda, organizado em 1922 mas mantido na clandestinidade por mais de 60 anos. De cada Estado chegam notícias comoventes de velhos lutadores que reencontram o seu Partido, de trabalhadores que emocionados pediam para segurar os estandartes ou para levar para casa uma bandeira.

A legalidade vem, como sempre defenderam os comunistas, como resultado do triunfo democrático. A nova situação exige a mais ampla liberdade de organização partidária. Cada partido, como porta-voz e organizador de um determinado segmento social, deve ter o direito de se estruturar e difundir sua política sem nenhuma restrição. E testar nas urnas sua influência, o prestígio de suas propostas e candidaturas.

Urge estabelecer a norma constitucional da liberdade partidária sem nenhum apêndice com que em geral a burguesia faz a lei ordinária se sobrepor à Carta Magna, negando-a.

Atuar junto com as forças democráticas

Neste sentido a questão da legalidade do PC do Brasil e de todas as organizações não diz respeito apenas aos comunistas. Este é um requisito básico da democracia. A luta por sua efetivação é uma continuidade das diretas-já e dos comícios em apoio à candidatura Tancredo Neves. Faz parte essencial do movimento para liquidar o arbítrio implantado no País por 21 anos de tutela dos generais. Mesmo os que não concordam com as concepções dos comunistas sabem muito bem que as mesmas restrições que proíbem o PC do Brasil de aparecer legalmente, impediram também o ex-vice-presidente Pedro Aleixo de organizar o partido que pretendia, e frustraram inclusive a sobrevivência do PP, que tinha à frente naquela época o atual presidente eleito, Tancredo Neves. Esta mesma legislação paira sobre o PTB, PT,



Com a conquista da democracia, a legalização do Partido Comunista do Brasil se transforma num objetivo imediato

PDT, que terão seus registros cassados se não alcançarem 3% dos votos em nove Estados e 5% do total do País nas próximas eleições de 1986.

O caminho para a legalidade está aberto. Mas o seu alcance dependerá do impeto do movimento para a consolidação das vitórias democráticas. Não se pode descansar sobre os louros e imaginar que daqui para frente as coisas se farão automaticamente. As classes dominantes jamais consentirão, de boa vontade, na plena liberdade para os operários organizarem suas forças e agirem politicamente. Esta é uma conquista a ser arrancada e mantida pela luta unitária dos trabalhadores e dos verdadeiros democratas.

No curso do combate, é necessário vencer uma propaganda maldosa, que trata de confundir os trabalhadores apresentando os revolucionários como conspiradores misteriosos que preferem atuar na penumbra em vez de revelar sua verdadeira face. O Partido Comunista do Brasil sempre lutou por sua legalidade. Jamais se conformou em ficar confinado às catacumbas. Se esteve tão longo tempo na mais rigorosa clandestinidade, isto se deve à feroz perseguição a que foi submetido — inclusive com a prisão, tortura e assassinato de milhares de seus militantes — e não por uma opção voluntária. Quem teme apresentar-se abertamente para as massas são os próprios opressores das classes dominantes, que fazem tudo para embelezar a exploração capitalista e para justificar o enriquecimento dos patrões às custas da mais-valia arrancada aos operários.

Impõe-se também pôr fim à campanha de terror movida pelo regime militar contra os comunistas — tanto no terreno da propaganda como no das ações repressivas. Escritores, jornalistas, intelectuais e agen-

tes policiais, pagos a peso de ouro pela burguesia, dedicaram-se a denegrir a teoria e o partido da classe operária e a perseguir de todas as formas seus militantes e simpatizantes. Buscavam semear a confusão e o medo, para afastar o povo da revolução e do Partido. A ação desumana dos paus-de-arara, dos choques elétricos, dos afogamentos, visava liquidar fisicamente o Partido e também atemorizar a população. Este trabalho incluía a demissão mesquinha do emprego de qualquer pessoa acusada de simpatizar com a causa da revolução, gerando a desconfiança entre os próprios colegas nas repartições, nas fábricas e nas escolas.

A ofensiva contra os comunistas em outubro do ano passado, invadindo entidades e residências em diversos Estados, assim como as injustificáveis prisões mais recentes, em São Paulo, de pessoas que fazem propaganda da legalidade do Partido e em favor da Constituinte são parte desta tentativa de isolar os revolucionários e intimidar os amigos do PC do Brasil.

O Partido se impôs pela sua coerência

Também com o objetivo de embaralhar as coisas para o povo, surgem dois tipos de afirmações em relação à legalidade. Uns, com ares muito compenetrados, declaram que "é bom os comunistas terem atuação legal, para que se revelem as suas verdadeiras dimensões, muito reduzidas". Outros insinuem que a legalização representará o "rompimento" dos comunistas com o PMDB e com outras organizações democráticas.

Em primeiro lugar, é uma falsidade comparar um partido operário, perseguido brutalmente duran-

te décadas, pobre, que conquista o direito à existência legal e que começa a se estruturar nestas novas condições, com os partidos burgueses — mesmo os que estavam na oposição. Estes são ricos, gozam de todos os privilégios, muitas vezes estiveram presentes no poder a nível municipal, estadual e até federal, puderam construir inúmeros meios de contato com as diversas camadas sociais. E, como organizações das classes dominantes, como defensores da ideologia dominante, direta ou indiretamente, têm a seu lado toda a máquina estatal, os meios de comunicação de massas, as instituições... Além disto, é prova de grande miopia política medir a importância do Partido Comunista do Brasil pelo tamanho de seus organismos formados neste processo inicial de legalidade, nas condições relativamente débeis da liberdade conquistada e do passado de perseguições já analisadas anteriormente.

Depois, a conquista da legalidade não implica em absoluto qualquer "rompimento" com as forças democráticas. A própria noção de frente única envolve a existência de correntes políticas diferentes — é um acordo entre segmentos com concepções gerais diversas, em torno de pontos concretos em que exista unidade de interesses. O que mudou é que antes os comunistas atuavam nesta frente democrática tolhidos em seu direito elementar de expor diretamente suas propostas e sem poder contar com uma legenda própria para seus candidatos. Apesar disto, o Partido se impôs pela coerência e pelo despreendimento de sua atividade, conquistou espaço e conta com o respaldo da imensa maioria das correntes políticas para exigir o registro legal.

Amplio trabalho de esclarecimento

A legalidade do PC do Brasil será ainda importante para restabelecer a verdade perante imensos segmentos da população, em especial os trabalhadores. Aproveitando-se das barreiras impostas à divulgação das idéias dos comunistas, a burguesia sempre alimentou as mais diversas falsificações a respeito do Partido. Até o heroísmo de militantes que não vacilaram em entregar suas vidas na defesa do proletariado e da revolução é muitas vezes apresentado como fanatismo inconseqüente.

Também insuflados pelas classes dominantes, proliferam os grupos com velhas e carcomidas teorias burguesas mas que se apresentam aos operários travestidos de comunistas, de revolucionários e de defensores dos trabalhadores. Seu propósito é adulterar o marxismo-leninismo, desviar o povo da revolução e sabotar a construção do Partido do proletariado.

A estruturação legal do PC do Brasil implicará paralelamente uma vasta campanha de esclarecimento das massas sobre o que é o Partido, quais suas concepções básicas e sobre a sua riquíssima história em favor da liberdade e do socialismo. Em particular sobre as suas propostas para a situação atual, na consolidação das vitórias democráticas e em busca das transformações mais profundas que a nação reclama. (Rogério Lustosa, da Comissão Nacional pela Legalidade do PC do B)

A luta em ritmo de campanha

Até recentemente a luta pela legalidade do PC do Brasil ainda se encontrava na fase da agitação. Seu conteúdo era basicamente o da agitação e discussão do problema com as mais amplas forças políticas, além da batalha para que as bandeiras e os oradores comunistas se fizessem presentes nas manifestações públicas. Hoje isto entra em ritmo de campanha. Com o avanço na situação política, passa-se para uma jornada especial, visando transformar, a curto prazo, este direito numa realidade. Isto implica modificações nas formas de atuação.

As comissões pela legalidade já não podem ser constituídas apenas por comunistas como vinha ocorrendo em geral. A realidade envolve a participação de pessoas das mais diversas concepções políticas nestas comissões. Parlamentares, sindicalistas, líderes populares, trabalhadores e estudantes, que entendem e batalham pela liberdade de organização, de diferentes vinculações partidárias, ou sem partido, precisam incorporar-se diretamente neste esforço democrático.

Continuam na ordem do dia as tarefas de agitação nas ruas, nas fábricas, nas escolas, nas entidades. Mas o que se destaca como questão central é amarrar o apoio efetivo

das mais variadas forças políticas e de seus representantes. Em cada local a Comissão pela Legalidade que se formar pode lançar um abaixo-assinado onde centenas e milhares de patriotas registrem sua opinião a favor. Nas Câmeras de Vereadores e Assembléias Legislativas, nas Prefeituras podem ser obtidas moções de apoio. As entidades de massas de todo tipo também precisam manifestar-se oficialmente. Jogarão igualmente um grande papel as reuniões, os atos públicos, com a participação mais ampla possível, em cada cidade exigindo a legalidade. Ou seja, as pressões políticas concretas solidarizando-se com esta bandeira de luta é que criarão um clima favorável à aprovação da medida com o mais largo alcance, sem restrições.

Em torno do dia 25 de março, data do aniversário do Partido (63 anos), já estão marcados atos em todo o País. Será um marco importante para dar um impulso vigoroso na campanha, até a sua vitória, que, tudo indica, pode concretizar-se ainda este ano.

Todos os pronunciamentos em prol da legalidade devem ser noticiados ao Congresso Nacional, ao Ministro da Justiça, à Presidência da República, e à Comissão pela Legalidade em cada Estado.



CDM
Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício G. B. Silva

Deputado marcado para morrer

O deputado estadual Paulo Fonteles (foto), do PMDB do Pará, está na lista negra dos latifundiários do Estado por sua atuação em favor dos posseiros em luta por suas terras. Em entrevista à *Tribuna Operária*, Fonteles relatou o porquê das ameaças de morte e como ele as encara.

TO: Então, deputado, como é esta história das ameaças de morte?

Fonteles: Pois é, no dia 13 de janeiro, se não me falha a memória, o jornal de maior circulação de Belém publicou matéria na qual o coronel reformado do Exército Carlos Castor da Nóbrega, que se diz proprietário do Castanhão Pau Ferrado, afirmava textualmente que me matava. E mais, que ele possuía “um pequeno exército, armado até o talo”, para o que der e vier dentro dos seus castanhais. Isto literalmente.

Eu respondi a ele, numa carta, que, se ele dizia publicamente, para a imprensa, dentro de Belém, que matava um deputado estadual, que possuía um exército de jagunços armados até o talo, o que ele não faria no interior da mata, longe dos jornais, da polícia, dos juizes?

TO: Quais são as áreas de conflito mais quentes, hoje, no Pará?

Fonteles: Hoje é até difícil a gente dizer quais são as áreas mais quentes. Até há uns cinco ou seis anos atrás, os conflitos se concentravam mais no sul do Pará, na região do Araguaia... e também na região do Tocantins, na PA-150. Hoje, entretanto, os conflitos já se disseminaram pelo Estado inteiro. Um exemplo disso é que o maior conflito de terras que existe hoje no Brasil, o da Cidapar-Propará, que envolve 380 mil hectares de terra e cerca de 40 mil pessoas, onde surgiram o Quintino e o Abel, fica exatamente no norte do Estado, já nos limites do Maranhão. Uma área também onde se estende um pulsar de conflitos é a antiga região de Paragominas.

É dentro desse contexto que, na minha condição de deputado eleito especialmente pelos votos dos camponeses, as ameaças se dirigem contra mim. De certa forma já há uma ameaça disseminada — os jornais publicam que eu sou “o inimigo número um dos fazendeiros”, textualmente. Há seis meses atrás eu denunciava na Assembleia Legislativa que havia uma relação de pessoas para serem assassinadas, entre as quais eu me encontrava e também o presidente do Sindicato de Tomé Açu. Um mês depois, os grileiros matavam de fato o presidente do Sindicato, o Benê Alves Bandeira.

Agora o cerco começa a se fechar. E nós estamos avaliando que um dos alvos que eles têm é exatamente o meu trabalho.

Inclusive, na semana passada eu ia viajar para Conceição do Araguaia, no sul do Pará, quando recebi um comunicado dos companheiros de lá, dizendo que eu não viajasse porque, segundo a informação que eles haviam colhido havia, um pistoleiro contratado por Cr\$ 50 milhões, no Paraná, para me assassinar. Quer dizer (e abre um sorriso de quem já está calejado pelas ameaças) que esta é a situação que nós estamos vivendo.

TO: Você tem estatísticas sobre estas mortes em conflitos?

Fonteles: Eu diria que no ano passado, no Pará, houve mais de cem mortes. Não estou com os dados precisos, mas houve mais de cem mortes. Agora, em apenas um conflito, na região dos castanhais, de dezembro para cá, já houve sete mortes. Eu recentemente tive uma entrevista com o governador do Estado e com o secretário de Segurança, e disse para eles que a degeneração desses conflitos não ensinaria mais uma, duas ou três mortes, como vem acontecendo permanentemente. Se houver uma deflagração agora, na região dos castanhais, a tendência é morrerem dezenas de pessoas.

De um lado, os castanhais estão com verdadeiros exércitos formados. Por exemplo, o Almir de Moraes, castanhão da região conhecida como Fortaleza, teria hoje seguramente 50 homens armados dentro da área que ele diz que é dele. E no dia 17 de janeiro, 16 homens dele invadiram um povoado, chamado Dois Irmãos, queimaram todas as casas, saquearam todos os bens da população, cigarros, bebida, sal, café, relógios, rádios, armas de caça e tocaram fogo no resto. E sequestraram três trabalhadores, Lázaro Pereira Sobrinho, que é delegado sindical, e mais dois lavradores conhecidos como Baiano e Tropeiro.



TO: Do ponto de vista do resultado, esse procedimento feroz, vamos dizer assim, tem surtido efeito? Os grileiros estão ganhando a luta?

Fonteles: Não. Eles só estão ganhando mais mortes, porque se esses exércitos de jagunços existem e têm uma capacidade de destruição, de violência, de morte, naquela região os trabalhadores têm uma longa experiência de luta pela terra. E se organizam também.

Enquanto os fazendeiros têm esses exércitos de 30, 40 homens, os lavradores se organizam através dos povoados e muitas vezes têm condições de reunir rapidamente 200 ou 300 homens, para se defender.

Essa região dos castanhais, entre Xingua e Marabá, foi uma área onde houve a Guerrilha do Araguaia e onde foram cortadas a OP-2 e a OP-3. Durante muitos anos, depois da Guerrilha, ela ficou, vamos dizer assim, sob a jurisdição do Curió (Major Curió, agente secreto do Exército, coronel da reserva e deputado federal pelo PDS). O Curió reinava com mão de ferro e então os lavradores, durante estes últimos dez anos, não entravam na zona dos castanhais. Entretanto, de uns dois ou três anos para cá mais de 5 mil famílias se instalaram na área. E é uma região extremamente rica, porque a castanha é produto nobre, de exportação, e tem um valor imenso. Quando chega exatamente neste período agora, é a safra da castanha. E os castanhais querem expulsar os lavradores.

TO: O conflito de Viseu, como caminhou depois da morte do Quintino?

Fonteles: A morte do Quintino realmente foi um alento para o latifúndio. Entretanto a luta se mantém firme. Nessa gleba da Cidapar o Quintino era uma liderança, mas não era a única e talvez não fosse a mais importante. Politicamente os lavradores estão conscientes da necessidade de levar a luta até a reforma agrária. O que eles exigem é a desapropriação da Cidapar-Propará. Nós conseguimos evitar que dessem à outra liderança camponesa, o Abel, o tratamento que deram ao Quintino.

TO: Nessa questão da Cidapar, existe a possibilidade de com a posse de Tancredo Neves haver a desapropriação da terra?

Fonteles: É inevitável. O próprio governador do Estado, Jader Barbalho, já declarou que dia 16 de março ele vai ao Tancredo pedir a desapropriação da área. Porque esse conflito da Cidapar é o grilo mais rombudo que tem no Estado, é um grilo de 380 mil hectares, em cima de dez mil famílias, que nasceram, vivem e trabalham nessa área.

Então, não há como escapar. Se tivesse um governo um pouco responsá-

"Eu disse inclusive a esse coronel que ele pode tirar minha vida mas não minhas idéias"

vel neste país a Cidapar já teria sido desapropriada há muito tempo.

TO: E aí, que tipo de efeito isso vai ter sobre as outras áreas?

Fonteles: Olha, esses anos todos de luta pela terra no Pará têm ensinado muito aos trabalhadores. Eu, inclusive, vivo aprendendo.

Existem áreas no Pará onde o latifúndio foi derrotado. São fatos inclusive pouco conhecidos pela imprensa, mas extremamente expressivos. Na região de São Geraldo, seguramente os lavradores conquistaram cerca de 800 mil hectares de terra. Nessa região, de São Geraldo, só restaram duas grandes fazendas: uma, a do Nefi Murad, Noyo Mundo, e a outra, a Alvorada, da Impar. O resto todinho da terra foi conquistada pelos lavradores. E cerca de 5.500 lavradores inclusive receberam o documento definitivo de propriedade da terra. O Figueiredo teve que desapropriar

Então, essa luta de São Geraldo — que fica exatamente no limite com a região dos castanhais — é um ensinamento enorme para o lavrador. Quer dizer que se criou e se cria no Pará de fato uma liderança camponesa do melhor nível: lavradores politicamente preparados, que sabem o que querem e sabem como fazer as coisas.

TO: É essa gente que vai realizar o Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais, agora em março?

Fonteles: Pois é. Já em novembro-dezembro nós estávamos sentindo que a situação estava chegando num ponto insuportável. E nós verificamos que havia necessidade de uma manifestação coletiva dos trabalhadores, uma vez que a Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) no Pará é dominada por um pelego chamado Alberoni Lobato, que é jacobino, quer dizer, ligado ao PDS de Jarbas Passarinho. E que não adiantavam mais as nossas manifestações individuais, de ir para os jornais, denunciar as violências, pedir providências...

Então surgiu, dos lavradores, a idéia da realização de um Congresso dos Trabalhadores Rurais do Pará, em preparação ao IV Congresso da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

No dia 10 de janeiro lavradores de 25 municípios do Estado e 20 sindicatos resolveram convocar o Congresso, para março, que fosse um Congresso unitário, com a participação de todas as correntes do movimento sindical rural, que fosse um Congresso representativo, com a participação das lideranças sindicais e dos sindicatos, e que fosse um Congresso massivo, com a

participação de pelo menos 2 mil a 3 mil lavradores.

TO: Tancredo Neves tem manifestado a intenção de fazer valer o Estatuto da Terra; que repercussão uma política dessas teria no Pará?

Fonteles: A aplicação do Estatuto da Terra é um passo adiante, mas é insuficiente. É um passo adiante porque permite a desapropriação de áreas rurais onde existe o chamado interesse social. E sem dúvida nenhuma nós temos visto lá no Pará — e eu já disse ao governador do Estado — que uma vez empossada a administração federal haverá que fazer a desapropriação em pelo menos meia dúzia de áreas, de forma imediata.

Agora, há milhões de hectares hoje no Estado onde não existe, ainda, a tensão social, mas que precisam ser desapropriados e distribuídos entre os lavradores, porque senão não vai se resolver o problema da terra. O que é que acontece? O lavrador entra na terra; ganha a terra. Mas todo dia estão sendo drenados para o Pará milhares de lavradores deste Brasil inteiro, do Paraná, do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais... Então, se não houver terra para localizar esse pessoal, o que vai acontecer? Toda a terra está nas mãos das grandes propriedades. No Pará tem meia dúzia de propriedades, seis exatamente, que somam 4,5 milhões de hectares (mais que a área do Estado do Rio de Janeiro).

Então, para diminuir a tensão hoje, o Estatuto da Terra é um instrumento legal que poderá favorecer os camponeses. Mas ele não vai resolver a situação do conflito fundiário.

O que precisa se desapropriar é o latifúndio, erradicar o latifúndio, acabar com o latifúndio, garantindo que os lavradores tenham terra para trabalhar. E neste sentido o Estatuto da Terra não resolve.

TO: E nesse quadro concreto que você retrata, que tipo de rumo deverá sair desse Congresso camponês?

Fonteles: Eu acho que tem duas questões fundamentais:

A primeira é refrear o latifúndio, com a emergência de medidas que entreguem a terra aos trabalhadores; e que por outro lado o governo do Estado do Pará sinta a força organizada dos trabalhadores rurais. Sinta, eu diria até mesmo, a sua força eleitoral, veja que os lavradores têm peso, estão suficientemente esclarecidos para interferir no processo político, contrabalançando as forças organizadas das classes dominantes dos latifundiários. Este é o primeiro aspecto.

O segundo aspecto é a luta pelo fortalecimento do movimento sindical rural e pela conquista da liberdade no País. Eu tenho duas questões tendo de-

clarado que nós não iremos resolver nenhum problema fundiário sem que os trabalhadores tenham condições de se organizar. Sem que os trabalhadores rurais tenham esta condição, a luta pela terra, de forma mais profunda, para erradicar o latifúndio, não terá sucesso.

A idéia que nós temos levantado é que, por exemplo, é preciso haver a revogação do Artigo 5º da CLT e que os trabalhadores possam se organizar em seus sindicatos. Porque apesar de toda esta luta, a grande maioria dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Pará está nas mãos de pelegos, e é uma dificuldade extraordinária se ganhar um sindicato.

Há situações esdrúxulas, como, por exemplo, Xingua. Ali é um município onde você tem um conjunto de camponeses capacitados, forjados na luta pela terra, politicamente conscientes, inclusive três vereadores camponeses, e todos os três têm roça e trabalham na roça. Pois lá em Xingua tem dois sindicatos: um fundado pelos trabalhadores, cujo ato de fundação reuniu uma massa de mais de mil camponeses; e tem outro fundado pela Polícia Federal.

Rio Maria, um outro município, tem um sindicato fundado pelos lavradores somente porque, quando a Polícia tentou fundar outro, os trabalhadores foram lá e acabaram a reunião no pau, rasgando os papéis todos e botando a polícia para correr, no cacet. Pois bem, até hoje Rio Maria não tem a sua Carta Sindical.

Em Conceição do Araguaia, o mandato do famoso pelego Bertoldo já se encerrou há mais de seis meses, já expirou, e não tem eleição!

Quer dizer: enquanto não houver uma mudança nessa legislação e os trabalhadores não puderem tomar conta dos seus sindicatos, a capacidade de luta fica reduzida.

Então, o Congresso tem a perspectiva de combater a luta do trabalhador brasileiro por um sindicalismo combativo, em que os trabalhadores tenham condições de se organizar. E algumas correntes levantam também a questão da organização do movimento sindical no País. Não é possível mais esse negócio de CUT-Conclat. É um negócio que, como diz o lavrador, “dá raiva”. Nessa reunião do dia 10 de janeiro, os lavradores no fim decidiram que não seria CUT nem Conclat que iria convocar o Congresso, quem iria convocar eram os sindicatos. Então, essa divisão tem que acabar e logo, não tem mais condição. É uma divisão nessas cúpulas que atrasa o processo de luta.

TO: Uma questãozinha voltando ao início da entrevista: Como é que você se sente com essas sentenças de morte nas costas?

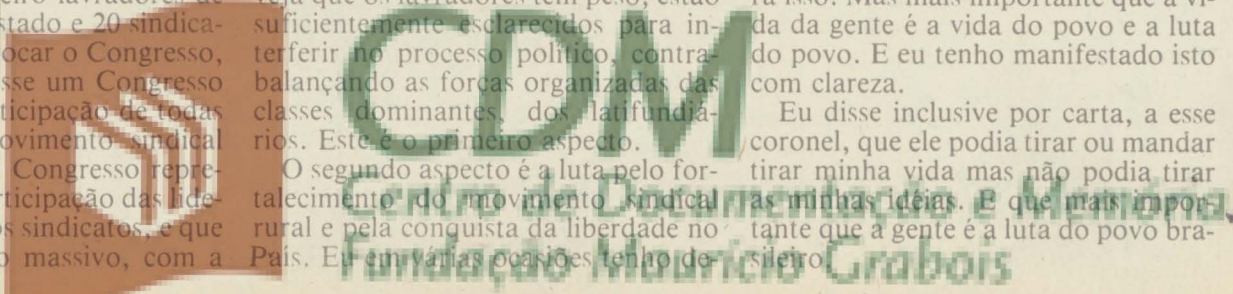
Fonteles: Eu tenho declarado, inclusive numa carta que escrevi a esse coronel que me ameaçou publicamente de morte, que eu fui eleito deputado para defender os trabalhadores rurais. E que o meu mandato só tem sentido na defesa dos trabalhadores rurais.

É impossível, para mim, agir de outra forma. Ao longo da minha vida eu tenho procurado me dedicar à luta dos trabalhadores brasileiros — e diria até à luta dos trabalhadores de todo o mundo, uma vez que eu me considero socialista. Tive participação ativa no movimento estudantil nos idos de 1968/69/70; fui preso pelo DOI-Codi; passei quase dois anos na cadeia; fui muito torturado; fui cassado pelo 477; e a minha vida está intimamente ligada aos trabalhadores.

Eu sei que pessoalmente eu corro um risco, risco sério, de sofrer um atentado. Mas (ri, porém os olhos continuam sérios) não há como fugir desta situação. Quem viveu aquele período mais duro da ditadura militar, onde tantos companheiros foram assassinados, quem esteve no PIC (o Pelotão de Investigações Criminais da Polícia do Exército, em Brasília) e viu tanta brutalidade, tanta violência, tanta violação dos direitos fundamentais do homem... Quem foi para o Araguaia e conheceu as histórias do Osvaldão, da Dina, do Daniel, do Juca... Eu, por exemplo, tenho um filho que se chama João Carlos Hass, em homenagem ao Juca. Quem sabe do heroísmo, da coragem e do amor daqueles companheiros aos trabalhadores rurais, e tem notícia de como foram assassinados, alguns deles a seco, a frio, queimados como “arquivos”, quem conhece o amor que o povo do Araguaia até hoje tem por aqueles companheiros não pode se eximir desta luta com medo de morrer.

Evidentemente eu espero sobreviver. Tomo determinados cuidados para isso. Mas mais importante que a vida da gente é a vida do povo e a luta do povo. E eu tenho manifestado isto com clareza.

Eu disse inclusive por carta, a esse coronel, que ele podia tirar ou mandar tirar minha vida mas não podia tirar as minhas idéias. E que mais importante que a gente é a luta do povo brasileiro.



Atentado a bala contra sindicalista rural de Guariba

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba, José de Fátima Soares, foi vítima de um atentado no dia 13. José de Fátima, um dos líderes da greve dos trabalhadores rurais que recentemente ocorreu na região, foi baleado no pescoço no momento em que conversava com dois desconhecidos, diante de sua casa.

Até o momento em que encerrávamos esta edição, não havia sido efetuada ainda nenhuma prisão ou interrogatório de suspeitos pelo atentado. O governador Franco Montoro, contudo, afirmou que "a população e o governo querem a apuração dos fatos e dos motivos dessa tentativa de morte". Em sua opinião, os motivos podem ser de ordem "política, econômica ou de outra ordem."

Não é novidade a violência das classes dominantes contra os trabalhadores em Guariba. Em janeiro, um diretor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de São Paulo, o advogado e vereador Leopoldo Paulino e duas outras pessoas foram agredidos por homens contratados pela Usina São Martinho, quando convocavam trabalhadores rurais para uma assembleia sindical. No caso do atentado contra José de Fátima Soares, após os disparos os agressores fugiram a pé e tomaram a direção de um canal da Usina Bonfim. Os criminosos disseram ao dirigente sindical que eram policiais e deram-lhe inclusive voz de prisão, mas não apresentaram documentos.

Vigilantes obtêm algumas vitórias e encerram greve

A greve dos vigilantes paulistas foi encerrada no último dia 12, depois de declarada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho, que julgou o dissídio apresentado pelos patrões. Muito embora a categoria não tenha conquistado tudo que reivindicou, o saldo do movimento foi considerado parcialmente vitorioso.

O piso salarial foi estabelecido em Cr\$ 430 mil, o Tribunal concedeu 90 dias de estabilidade para os trabalhadores, adicional de 20% para as duas primeiras horas extras realizadas e 100% para as demais, bem como descanso remunerado de 60 dias para as gestantes. O que não agradou aos empresários, que pretendem recorrer da decisão ao Supremo Tribunal do Trabalho (STT).

A carência de um trabalho mais organizado no seio da categoria, apesar dos grandes esforços das lideranças, foi também um fator de debilidade do movimento. Por outro lado, os vigilantes demonstraram um forte repúdio ao Sindicato dos Autônomos (o famoso Sindicato do Etc, que legalmente os representa) e demonstraram, uma vez mais, que consideram a Associação Profissional dos Vigilantes como a verdadeira entidade representativa da categoria. Isso coloca na ordem do dia a concessão da carta sindical à entidade, o que, acreditam os dirigentes, será facilitado pelo governo democrático de Tancredo Neves, através do virtual Ministro do Trabalho, Almir Pazzia-noto.

O BRASIL DE HOJE DO PONTO DE VISTA POPULAR



COLEÇÃO CONHECER E LUTAR

O Brasil de hoje segundo o ponto de vista do povo

"O Brasil de hoje, do ponto de vista popular" é o livro que a Editora Maria Quitéria, da Bahia, está lançando visando "analisar, de acordo com os interesses populares, os problemas que mais afligem os trabalhadores, os camponeses e o povo em geral".

Farta em ilustrações, com um texto claro e objetivo, a publicação visa alcançar, inclusive, as pessoas que não têm o hábito de leitura.

"O Brasil de hoje, do ponto de vista popular" pode ser adquirido com o envio de cheque nominal, no valor de Cr\$ 2 mil, para a Editora Anita Garibaldi, avenida Brigadeiro Luís Antônio, 317, sala 43, CEP 01317, São Paulo, fone 34-0689.

Sindicalistas do PT agem como patrões contra médicos mineiros

A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem (MG), numa atitude patronal digna dos 21 anos de ditadura que ora terminam, resolveu demitir, no dia 12 de fevereiro, nove dos 23 médicos do seu quadro. Em Assembleia Geral, eles haviam decidido, por unanimidade, entrar em greve para garantir direitos trabalhistas lesados.

Alegando razões econômicas pouco convincentes, já que a verba repassada pelo INAMPS como forma de pagamento pelos serviços do Departamento Médico é suficiente para cobrir as despesas, a diretoria, ligada ao PT e à CUT, resolveu arbitrariamente reduzir o adicional de insalubridade e aumentar a jornada de trabalho dos médicos para seis horas, com o conseqüente acréscimo do número de consultas.

DEMISSÕES POLÍTICAS

A greve foi precipitada pela decisão da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de, "preventivamente", demitir os líderes do movimento, rompendo o acordo feito com o Sindicato dos Médicos de BH de aguardar o resultado das negociações que seriam realizadas a 13 de fevereiro.

Não satisfeita com essa atitude patronal, a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, conforme circu-



Célio de Castro deseja que o problema seja resolvido entre os sindicatos

lar enviada pelo Sindicato dos Médicos a todas entidades sindicais do Estado, "reprimiu duramente o movimento grevista, ameaçando todos os médicos de demissão sumária, inutilizando os boletins, rasgando cartazes e proferindo de público as mais graves ofensas ao Sindicato dos Médicos e seus dirigentes".

Revelando um primarismo político gritante e um sectarismo ridículo, aquela diretoria chegou a tachar, irresponsavelmente em nota pública oficial, a diretoria do Sindicato dos Médicos de "pelega", afirmando, ainda, que "não faz ab-

solutamente nada contra os patrões, que apoia os planos de Tancredo Neves de amarrar nossas mãos para continuar explorando o nosso povo".

Em boletim distribuído pelos próprios médicos ameaçados de demissão nas portas das duas principais fábricas da região, questiona-se: "Como uma diretoria que age desta forma com seus empregados terá autoridade moral para exigir dos patrões aquilo que ela nos nega?". Curiosamente, e com toda a justeza, o Sindicato dos Metalúrgicos está em campanha salarial reivindicando diminuição da jornada

de trabalho, estabilidade no emprego por um ano e direito de greve.

O contraste é tão flagrante que trabalhadores da base e vários sindicatos do Estado têm manifestado estranheza em relação ao posicionamento da diretoria. O Sindicato dos Metalúrgicos de Monlevade, por exemplo, recusou-se a assinar a nota que está sendo articulada pela diretoria dos Metalúrgicos de BH e Contagem em apoio à sua atitude patronal.

O Sindicato dos Médicos tem feito todo esforço para um entendimento, e seu presidente, Célio de Castro, chegou a negar-se a comentar o assunto de público para tentar uma solução justa entre as duas entidades classistas, alegando que o problema é dos dois sindicatos de trabalhadores. Foi solicitada à DRT uma reunião para a retomada da negociação.

Na opinião de Herman Alexander, um dos médicos demitidos, a única explicação possível para as demissões "é a tendência de substituição do atual quadro por médicos ligados à posição política da diretoria do Sindicato". Ele afirma que seria possível manter, com a mesma verba que o Sindicato afirma disponível, pelo menos 17 médicos em regime de 4 horas e dois com duas horas de trabalho diários, ou, alternativamente, manter os 23 médicos com a redução da jornada, o que a diretoria, intransigente e patronal, não aceita.

Piauí se mobiliza pela Constituinte

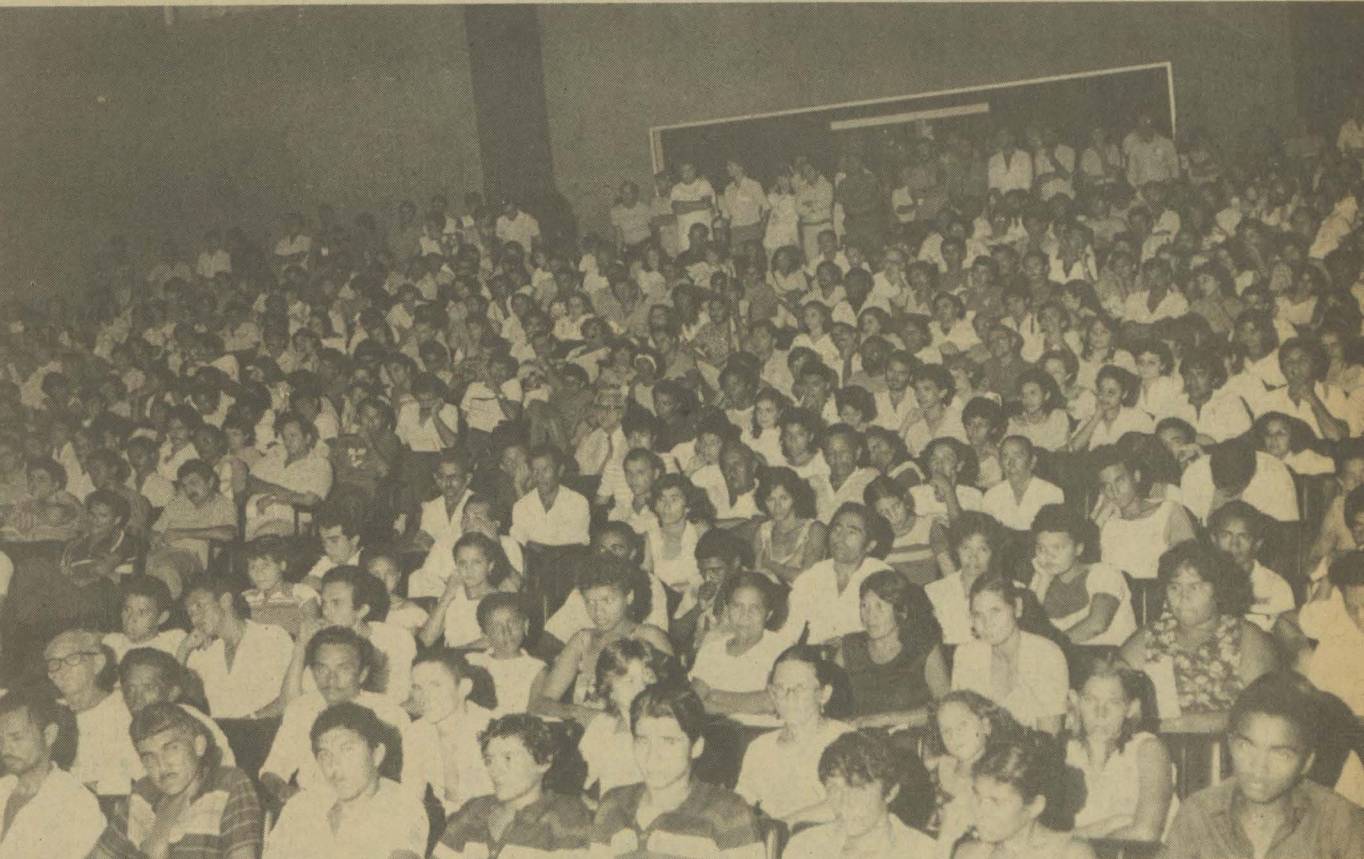
A campanha pela Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana foi lançada, no último dia 7, no Piauí, durante um grande debate no Centro de Convenções de Teresina. O local ficou completamente lotado por parlamentares, trabalhadores, sindicalistas e populares.

O ato foi promovido pelo Movimento Cultural do Piauí, recentemente criado, com o objetivo de apoiar e assessorar o movimento popular e sindical no Estado. Como conferencistas, participaram o deputado federal Wall Ferraz (PMDB), também ex-prefeito de Teresina, o jurista Reginaldo Santos Furtado e o historiador Manoel Domingos Neto.

Os trabalhos foram coordenados pelo presidente do Movimento Cultural (MCP), o advogado Helbert Maciel. Na mesa estavam presentes vários representantes das forças democráticas e populares, entre eles o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Henrique Vilanova, o presidente do Diretório Municipal do PMDB de Teresina, vereador Temístocles Júnior, o presidente estadual do PT, Antônio José Mendes, e a representante da Comissão pela Legalidade do Partido Comunista do Brasil (PC do B), Lourdes Carvalho.

EVENTO INÉDITO

O debate foi um evento inédito na vida política piauiense e teve grande repercussão na sociedade. Pela primeira vez no Piauí, um auditório tão amplo foi totalmente lotado por quase 1.000 pessoas, vindas de praticamente todas as partes da cidade e dos mais diversos segmentos sociais para participar de uma discussão política. O fato torna-se ainda mais relevante na medida em que sua promoção foi feita por uma entidade recém-criada, que dispôs de poucos recursos para sua convocação.



Mais de mil pessoas foram debater e exigir uma nova Constituição no Centro de Convenções de Teresina

Outra coisa que marcou, foi a presença pioneira de uma representante do Partido Comunista do Brasil na mesa de debate. Ao ser chamada para discursar, ela recebeu do público presente a maior manifestação de aplausos conferida durante o debate.

CONSTITUINTE LIVRE

Nas intervenções dos conferencistas a principal preocupação foi com o caráter popular e democrático que deve ter a Constituinte. Para eles, a tarefa da futura Assembleia Nacional Constituinte é a de liquidar a pesada herança que o regime militar deixou para a nação.

Nesse sentido, ela terá de contar com uma significativa representação popular e expressar no seu interior as aspirações dos trabalhadores

brasileiros, garantindo a elaboração de uma Constituinte democrática e progressista, que consagre os direitos do povo brasileiro e as amplas liberdades democráticas no País.

Para isso, a Constituinte deverá ser precedida de uma série de medidas democráticas, visando a garantia da mais ampla liberdade de discussão, propaganda e organização. Foi bastante frisada a necessidade do imediato fim das leis de exceção (Lei de Segurança Nacional, Lei de Greve, Lei de Imprensa e outras), liberdade de organização partidária, voto para os analfabetos, sargentos, soldados e cabos, recadastramento dos eleitores, amplo acesso de todos os partidos ao rádio e à TV.

A representante da Comissão pe-

la Legalidade do PC do Brasil, Lourdes Carvalho, ao discursar, afirmou: "Os comunistas consideram que a Constituinte é o instrumento que consolidará os anseios democráticos do povo brasileiro. Queremos a Constituinte que assegure a liberdade. Queremos a liberdade para pregar nossas idéias, a democracia popular e o socialismo".

A iniciativa foi amplamente vitoriosa e correspondeu aos anseios do povo. Ainda hoje, o debate é comentado por toda a capital. O Movimento Cultural do Piauí já está programando novas atividades em torno da campanha pela Constituinte. Em março, estão previstos debates sobre o tema nos bairros de Teresina, em promoção conjunta com o Diretório Municipal do PMDB.

Arbítrio na Volks: 159 grevistas demitidos



Foto: Avani Stein

Sauer: demitindo e exportando

Numa brutal atitude antioperária e antidemocrática a Volkswagen demitiu 159 operários do setor de transporte interno, em São Bernardo, que estavam em greve por melhores salários.

Logo no primeiro dia da paralisação, 12 de fevereiro, a empresa demitiu 43 funcionários, e anunciou que não negociaria com os grevistas. A posição arrogante foi mantida pela empresa que, dia-a-dia, aumentou o número de demitidos e, inclusive, começou a contratar seus substitutos.

Ao contrário do que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo previa, o movimento acabou não se alastrando para os outros setores da

fábrica. Sem condições de manter o movimento, os operários do setor de transporte interno viram-se, então, forçados a suspender a greve, após uma consulta aos colegas de trabalho na porta da fábrica, dia 20. A Comissão de Fábrica busca, agora, discutir o cancelamento das demissões junto à direção da empresa.

NEGÓCIOS DA CHINA

Embora a Volkswagen invista com a violência do desemprego contra os operários que buscam melhorar a exploração que sofrem, seus negócios estão crescendo. No início do mês ela anunciou o fechamento de um contrato de exportação de 1.000 caminhões para a Chi-

na, no valor de 20 milhões de dólares (perto de Cr\$ 100 bilhões). A partir de abril, exportará 100 mil Passats para o Iraque (600 milhões de dólares), e outros 50 mil Passats para a Nigéria (200 milhões de dólares), entre 85 e 86.

Wolfgang Sauer, o ambicioso presidente da Volkswagen do Brasil, anuncia que, "sem considerar os negócios que ainda poderão ser fechados, exportaremos, este ano, 500 milhões de dólares, contra 250 milhões de dólares do ano passado. Nos próximos três anos vamos superar a meta dos 2,5 bilhões de dólares" (cerca de Cr\$ 10 trilhões!). É a riqueza que a classe operária produz, usufruída por um punhado de magnatas...



Outro lado da moeda do "caso" Sunamam

Na primeira semana de fevereiro foi notícia nacional o suicídio do empresário Paulo Ferraz, presidente do grupo CCN — Estaleiro Mauá. A imprensa destacava: "último sacrifício que fez na defesa intransigente da empresa nacional, dos seus trabalhadores da indústria naval e do seu próprio País".

Como membro da categoria metalúrgica de Niterói e ex-operário do Estaleiro Mauá, coloco a opinião de minha classe nesta tribuna da classe operária e das massas trabalhadoras.

Nestes 21 anos, o grupo CCN aumentou seu capital, ampliou o número de suas empresas e inclusive diversificou seus investimentos para o setor imobiliário e outros. A principal fonte de lucro do sr. Paulo Ferraz, que lhe proporcionou tanta riqueza, foi a apropriação da mais-valia extraída da produção coletiva dos seus milhares de operários.

Entretanto, ele adicionou também os contratos de financiamentos de "embarcações", através da Sunamam, aos bancos nacionais e estrangeiros que, "mesmo depois de já assinados, eram adulterados. Novas cláusulas acrescentadas, mesmo com outra máquina de escrever e até mesmo os valores escritórios a lápis" (OESP - 8 de fevereiro).

É por aí que se explica o desespero do presidente do grupo CCN, inclusive o apoio que deu seu xará Paulo Maluf, o candidato da

corrupção e do entreguismo, das multinacionais e do FMI.

Nas empresas do grupo CCN em Niterói (CEC, Estaleiro Mauá e Renave — maior empresa de reparos navais onde também possui ações) os operários travam duras lutas. Paulo Ferraz e seu grupo aplicavam com rigor a política de arrocho do governo, além de promover demissões nos momentos propícios para sua empresa. Eram responsáveis pela morte de companheiros vítimas da grande corrida pelo lucro: lembro Jorge Washington, esmagado por um bloco na carreira do Estaleiro Mauá, e Arino Viana, da empreiteira, eletrocutado dentro do navio no cais II; castravam as mais elementares liberdades ao ponto de não se poder falar no Estaleiro Mauá as palavras "companheiro" e "sindicato" em época recente.

As batalhas de julho e dezembro de 1984 contra as demissões e pela volta dos diretores de base do Sindicato da categoria para a produção são exemplos da violência contra os metalúrgicos. Além de guarda armada estes senhores contravam capangas, verdadeiros leões-de-chácara, para impedir a realização de assembleias no Estaleiro. Nesta luta corporal diversos membros da diretoria do Sindicato e ativistas ficaram feridos.

Além destas injustiças para manter o sistema de exploração, li num jornal co-

mo estes senhores gastam o dinheiro fruto do nosso trabalho: "Recentemente o vice-presidente (do Estaleiro Mauá) Hélio Paulo Ferraz, acompanhado de sua esposa e filha, saiu do Rio, de jatinho, para almoçar no Tambouille, em São Paulo. Logo depois de chegar no restaurante sua filha achou que estava fazendo frio na cidade. O jatinho levou-a ao Rio, imediatamente, e voltou para buscar o vice-presidente e sua esposa".

Enquanto a imprensa burguesa justifica a exploração, os metalúrgicos do CCN vivem num drama tremendo, correndo o risco de perder o emprego. De 1975 até hoje, dezenas de metalúrgicos foram vítimas fatais da exploração. Outros tantos ficaram inválidos e milhares foram acidentados, carregando no corpo a cicatriz e na mente o ódio da exploração capitalista.

Hoje eles debatem a necessidade de estatização do grupo CCN. Já foram a diversas autoridades para tratar da situação e inclusive irão em comissão conversar com o novo governo democrático, Tancredo Neves.

Glória a todos que tombaram na produção e nos cárceres do regime militar! Pela permanência e garantia no emprego para os metalúrgicos do Estaleiro Mauá e do CEC! (Maurício Ramos, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e representante na Federação dos Metalúrgicos do Estado do Rio)

Operários acabam cipa biônica da empresa Monark

A empresa Monark está acostumada a eleger Cipa biônica para não averiguar os acidentes e as sacanagens da empresa. Na última eleição da Cipa a empresa fez de tudo para não eleger companheiros mais combativos e consequentes. Mas, mesmo com os casuísticos e as fraudes, foram eleitos operários representativos e combativos.

Como todo mundo sabe, a Monark tem grande faturamento e grandes lucros. Apesar, ou melhor, por causa disso, os companheiros que lá trabalham enfrentam sérios riscos no dia-a-dia. Tem seção em que o teto está rachado, quase caindo na cabeça dos trabalhadores. O número de acidentes graves é muito grande.

Um companheiro que estava com problema na perna e precisava de um aparelho, contou com o apoio dos outros, que estavam fazendo uma lista para comprar um aparelho novo. O chefe tomou a lista e rasgou.

Mas isso não enfraqueceu a organização dos companheiros, indignados com as injustiças e a exploração.

Como os interesses dos operários são diferentes dos do patrão, estamos em barcos diferentes. Por isso queremos denunciar a exploração de que somos vítimas. O patrão só visa o lucro às custas do nosso suor, do que produzimos. Agora temos pelo menos uma Cipa capaz de defender nossos problemas e lutar contra eles. (operário da Monark — São Paulo)



Trabalhadores da Standard do Rio reforçam unidade

Nós, operários da Standard Elétric S/A, estamos cansados da injustiça, da opressão, da miséria que nos foi imposta por patrões abusados, desgraçadamente autorizados por governos corruptos e fascistas que em 20 anos de desmandos levaram a classe operária à situação calamitosa em que se encontra.

As falências, fraudulentas ou não, se sucedem com tamanha rapidez que quase passam despercebidas. E o operário, aquele que constrói todo o progresso do País, como fica?

A resposta é simples. Basta tomar a Sesa como exemplo. Operários especializados desde junho de 1984 sendo despedidos de uma vez ou dispensados numa semana para retornar na seguinte e novamente ser dispensados. Os salários são constantemente atrasados e os depósitos do FGTS suspensos desde abril de 84. Agora temos dois meses de salário acumulados.

Se já é difícil viver com um

salário de fome e miséria, como sobreviver com atraso de dois meses de nosso direito líquido e certo, que é aquilo por que trocamos nossa força de trabalho? Fomos à luta, fizemos greve, tivemos uma vitória parcial, metade do que a empresa nos devia nos foi pago. Mas somado ao restante, os depósitos do FGTS ainda não foram regularizados.

Tivemos, sim, uma vitória que representa para nós e toda a classe operária a sua maior arma, a unidade e consciência, estas duas peças tão importantes nesse imenso quebra-cabeças que é a luta de classes. E nisso nós podemos ceder. Para os patrões é mais do que importante quebrar esta unidade, romper os elos de uma corrente tão bem preparada na luta. Esta é a hora de erguer a cabeça. O que está em jogo não é só o salário atrasado, mas o futuro dos operários da Sesa enquanto unidade, na luta por uma vida melhor e mais digna. (leitores da TO na Standard Elétric S/A — Rio de Janeiro, RJ)

Fetaeg denuncia deputado grileiro em Conceição

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás, órgão oficial de representação dos trabalhadores rurais goianos, vem a público denunciar as arbitrariedades praticadas pelo sr. Paulo David da Costa Marques, deputado federal pelo PMDB do Paraná, contra o posseiro Raimundo Barbosa Lima, residente e domiciliado na Fazenda São Pedro, município de Conceição do Norte. Em data de 13 de dezembro próximo passado, através de jagunços, o sr. Paulo David da Costa Marques, que mora a casa do posseiro Raimundo Barbosa Lima, expulsou-o da sua posse e ameaçou-o de morte, caso voltasse para a sua posse.

Fatos dessa natureza têm que ser levados à apreciação da opinião pública, para que esse

deputado, eleito, possivelmente, pelo voto dos trabalhadores rurais daquele Estado, possa ser julgado com base nos atos violentos e criminosos que pratica contra indefesos trabalhadores rurais.

A Fetaeg, guardiã dos interesses dos trabalhadores rurais goianos, não pode se calar diante de fatos dessa natureza e espera que a opinião pública repudie e puna os atos praticados pelo cidadão acima mencionado ainda mais quando se trata de um homem público, que, de uma forma ou de outra, tem a obrigação de buscar a paz ao invés da violência, a justiça ao invés da injustiça e da covardia. (diretoria da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás — Goiânia, GO)



fala o POVO

Um diretor sindical dos Metalúrgicos de Niterói, no Rio de Janeiro, resolveu dar a versão dos trabalhadores do escândalo nos Estaleiros Mauá. A carta analisa a versão da grande imprensa, que apresenta o presidente da empresa como um herói quando, o que tudo indica, vivia, como diz o diretor sindical, no luxo às custas de fraude e da exploração dos operários.

É fundamental que os operários, os trabalhadores que tudo produzem, se pronunciem sobre as grandes questões nacionais, sejam políticas, sejam dos escândalos, sejam do movimento de massas. Afinal, quem faz a história, que é o povo, tem de dar a sua opinião e intervir no curso dos acontecimentos no País. (Olivia Rangel).

Trabalhadores da Pires apóiam greve dos vigilantes

Entre os dias 3 e 12 de fevereiro os vigilantes bancários de São Paulo entraram em greve exigindo piso salarial de Cr\$ 750 mil e estabilidade de 6 meses, entre outras reivindicações. A greve terminou com algumas vitórias da categoria, particularmente em algumas empresas. Outros trabalhadores de banco, como ascensoristas e faxineiros, apoiaram a greve e também exigiram seus direitos.

Nada mais justo que nós, da limpeza, ascensoristas e pessoal dos demais serviços gerais da Pires tenhamos, como nossos colegas vigilantes, o aumento salarial em fevereiro. Afinal, somos da mesma empresa. A união faz a força e nossa luta começou agora contra os baixos salários e os deduzidos. Companheiros, a hora está chegando, chega de passar fome. (grupo de limpadores, ascensoristas e serviços gerais da Pires)

Nós ganhamos muito pouco e defendemos o direito de todos os trabalhadores da Pires receberem o aumento em fevereiro, como os vigilantes. Não dá para esperar até maio. Pagamos aluguel e temos famílias para sustentar, o dinheiro não está dando, (trabalhadores da Pires)

Queremos fazer um apelo à Associação dos Vigilantes e ao Sindicato para que tomem providências sobre determinadas coisas que acontecem com os funcionários da Pires. A gente não recebe vale para o mês inteiro e quando recebe alguma coisa é uma micharia que não dá nem para comer direito. Temos que ficar pedindo dinheiro e coisas emprestadas porque está tudo caro e trabalhamos praticamente de graça. (funcionários da Pires)

Acho que não é justo a gente ficar sem lutar. Temos que lutar para conseguirmos um aumento que a Pires pode dar, tanto para nós, a turma da faxina, como para os vigilantes. Temos famílias e não conseguimos nem comer. Só queremos o que é nosso direito. Muitas vezes trabalhamos doentes e sem comer. As condições de trabalho são péssimas.

Por que a Pires se recusou a colocar o reajuste nas carteiras dos vigilantes? Acho que é porque ela quer apunhalá-los pelas costas, depois de ter prometido aumentar os salários para 620 mil cruzeiros mensais. A verdade é que a empresa só está esperando o fim da greve e uma chance para dar uma rasqueira nos vigilantes e continuar pagando a micharia que ela paga para todos. É preciso reagir enquanto é tempo. (vigilante da Pires)

A Pires está se negando a pagar os vales para jogar com o dinheiro e ganhar juros nos bancos. Por isso, cortaram o vale quinzenal e inventaram um monte de mentiras. Disseram que houve problemas de computação. O Departamento Pessoal mandou pequenos bilhetes aos funcionários há dois meses avisando que o vale seria cortado, mas a verdade é fácil de ver: eles estão aplicando esse dinheiro. Sou um limpador da Pires e sei que todos os meus irmãos que trabalham comigo na empresa não estão satisfeitos com o que recebem. É preciso lutar por nossos direitos e eu espero que todos lutemos juntos para não deixarmos nossos filhos passando fome, como ocorre hoje. O dinheiro que ganhamos não dá para o arroz e o feijão do dia-a-dia. A Pires quer chupar o nosso sangue e para eles pouco importa se nossos filhos morrem de fome. Os patrões só têm interesse no lucro. Vamos todos nós, limpadores da Pires, lutar pelos nossos direitos. (limpador da Pires)



Motoristas pedem seu "Socorro"

A chefia da Viação Nossa Senhora do Socorro vem cometendo nos últimos meses diversas arbitrariedades com funcionários da empresa. Muitos pais de família que lutam pelo arroz e feijão de cada dia ficam horrorizados com as atitudes do encarregado de tráfego, sr. Prado, e do gerente-geral, sr. Tadeu.

Os passageiros que utilizam as linhas Socorro-Limão, Socorro-Concórdia, Vila Friburgo-Chácara Santo Antônio, já estão sentindo os reflexos de uma chefia inexperiente, que dá ouvidos a "fuxicos", de puxa-sacos que "fazem hora" quando

querem, sob proteção do Prado ou do Tadeu.

As constantes mudanças nos horários de trabalho dos funcionários, que ocorrem até quatro vezes por mês, estão acarretando sérios problemas de saúde. E quando o funcionário não fica bem a empresa exige atestado médico com reconhecimento de firma; quando em estado de convalescência eles têm, portanto, que ficar procurando cartório para levar o atestado. Ficamos pasmados pois não conhecemos nenhum artigo da CLT que exige o reconhecimento de firma do médico. Isso não passa de capricho da chefia.

As exigências chegam a

tal ponto que mesmo com o atestado médico o doente deve anexar receita, caso contrário perde o dia, o domingo, e ainda fica de escala.

Os prejudicados não são apenas os funcionários, mas também os passageiros que têm direito a transporte frequente. Os passageiros que utilizam estes veículos, em solidariedade aos funcionários, solicitam que o Sindicato dos Condutores de Veículos acompanhe esta causa que está criando problemas para a categoria num momento em que a nação está em festa por ter um presidente civil. (A.A.N. - São Paulo, SP)

Carnaval da democracia empolga os cariocas

Até no carnaval, a festa maior do povo brasileiro, as aspirações populares são desrespeitadas e pisoteadas. Na apuração da escola de samba, campeã do Rio de Janeiro, o suspeito corpo de jurados relegou a escola Caprichosos dos Pilares a um injusto nono lugar. A escola deixou o Sambódromo, na madrugada de segunda-feira, com o povo gritando: “já ganhou, já ganhou” e “é campeã”. Nem mesmo os garis, encarregados da limpeza da pista, resistiram e desfilaram atrás dos passistas da Caprichosos.

A decisão dos juizes revoltou a multidão que acompanhou a apuração no ginásio do Maracanãzinho, na tarde do dia 20. Afinal, a escola, que saiu na passarela com um samba-enredo eminentemente político, foi consagrada campeã pelos cariocas. Seu samba é o mais ouvido nas rádios e nas rodinhas de populares na cidade. Durante o desfile, todo o povo se levantou para cantar, sambar e aplaudir. Ela só foi prejudicada por um pequeno atraso, devido a uma falha do som do Sambódromo — “coincidentalmente” o que lhe retirou 10 pontos na apuração.

“LUXO PREMIADO”

O juri mais uma vez preferiu premiar as escolas de samba que esbanjam dinheiro, num carnaval de luxo que nada tem a ver com nossas raízes culturais. A Mocidade Independente de Padre Miguel foi decretada campeã. Para sair na passarela, ela contou

com a fortuna injetada pelo banqueiro do bicho e empresário-caloteiro Castor de Andrade, que é patrono da escola. O bicheiro, que é conhecido por suas extravagâncias, acompanhou o espetáculo nos quatrountuosos camarotes — só nas cabines, Castor gastou mais de Cr\$ 10 milhões!

A Beija-Flor, popular por suas apresentações no estilo Hollywood, ficou com o segundo lugar. Mais uma vez predominaram as fantasias luxuosas na escola, que aplicou cerca de Cr\$ 3 bilhões no desfile. Entre os seus componentes estava o empresário Paulo Figueiredo, que tem a triste fama de ser filho do general-presidente da República e estar envolvido no escândalo da Capemi.

EMPOLGOU A AVENIDA

Mais uma vez a Caprichosos dos Pilares soube captar o anseio de mudanças do povo brasileiro e a irreverência dos cariocas. No carnaval passado ela já havia se destacado, puxando o desfile com uma faixa pelas diretas-já. Este ano ela reforçou o conteúdo de crítica política e social, com o samba “E por falar em saudade”. Na passarela os sambistas saudaram o tempo em que “se comia mais feijão”, “do leite sem água”, “da gasolina barata”. Também recordaram o tempo em que “diretamente o povo escolhia o presidente”. Sua Ala do Traba-

lhador trouxe inúmeros cartazes: “Por uma pátria livre e independente”, “75% do povo quer comer”; e nos enormes painéis, alusões à União Nacional dos Estudantes (UNE), à Constituinte, e um apelo: “Milicos no quartel”.

Como o samba e o enredo da escola foram feitos antes da eleição do candidato opositorista a presidente da República, ainda havia referência ao governo dos militares: “Tem muita gente no lugar errado”. Mas sobrou tempo para uma adaptação: num carro alegórico, no final do desfile, aparecia um sol raiando e o rosto de Tancredo Neves. Seu carnaval, que empolgou os cariocas, teve um custo de Cr\$ 400 milhões — quantia modesta frente à gasta pelas “grandes escolas” do Rio.

“CARNAVAL POLÍTICO”

Mas se a Caprichosos soube explorar bem a ironia política, ela não foi a única. Outras escolas do 1º Grupo também o fizeram: a Unidos de São Clemente mostrou o drama da casa própria; a União da Ilha homenageou o marujo João Cândido, herói da Revolta da Chibata; e a Unidos do Cabuçu denunciou a entrega de nossas riquezas ao capital estrangeiro.

Não há nenhum exagero em dizer que este foi o carnaval da democracia, em que o povo aproveitou para respi-



Nos cartazes e no samba-enredo, a sátira política da Caprichosos dos Pilares

rar um pouco mais de liberdade. Também foi o carnaval mais animado dos últimos anos, segundo opinião unânime dos foliões. Durante os três dias de festa, o que mais se viu foi a sátira política. No centro do Rio, chamaram atenção as inúmeras pessoas com máscaras de Tancredo Neves (bastante aplaudidas pelos populares); uma mulher vestida de Miss Democracia; um jovem fantasiado de emissário do FMI, com terno, gravata, pasta e ... sem calças; e dos rapazes vestidos de defuntos, num “enterro da ditadura”.

Por falar em ditadura, seus representantes e cupinchas não escaparam do ódio dos carnavalescos. Dona Dulce, esposa do general-presidente, foi vaiada.

E o colunista social Ibrahin Sued, conhecido capacho dos multimilionários, desfilou na Acadêmicos do Santa Cruz debaixo de intensa vaia. Visivelmente comprada, a escola fez uma homenagem ao “cafajeste” Ibrahin — como o próprio samba da escola confessa: “Podem me chamar de cafajeste, eu sou ...”

Três dias de festa depois de um ano de sofrimentos

Com a quarta-feira de cinzas, no dia 20, encerrou-se mais um carnaval. Sob as plumas e paetês das luxuosas escolas que saíram nas passarelas, ou nos desfiles dos pequenos e pobres blocos e cordões de samba, milhões de trabalhadores deram seu grito de alegria, extravasando o descontentamento com mais um ano de muitas dificuldades: pouco salário, emprego inseguro, aumento da carestia.

Na avenida Tiradentes, no centro da capital paulista, a vibração dos carnavalescos contagiou milhares de pessoas que assistiram aos desfiles das escolas de samba nos três dias de carnaval. A festa só não foi maior porque os ingressos, a preços inacessíveis, impediram a maior presença popular nas arquibancadas. Mas mesmo confinados na passarela, os sambistas demonstraram a grande paixão que nutrem pelo carnaval.

“O carnaval significa muita coisa, muita alegria e emoção”, comenta José Carlos, pintor de painéis, com 22 anos de idade. Para ele, “nesta grande festa, a gente se solta, esquece dos inúmeros sofrimentos e problemas que enfrenta durante o ano todo”. José Carlos ganha em média dois salários-mínimos por mês; boa parte do ordenado serve para ajudar a família; outra é gasta nas duas conduções que pega diariamente. Mesmo assim, gastou Cr\$ 80 mil na compra da fantasia. “A gente só vai lembrar dos gastos e do cansaço na quarta-feira de Cinzas. Nesta hora dá um certo arrependimento. Mas vale a pena. Afinal, nós também temos direito a diversão. E o



João Santiago: “Carnaval não é alienação”

carnaval é o momento maior para nossa descontração”.

“ESQUECER A TRISTEZA”

É consenso entre os foliões que o carnaval é o melhor momento para esquecer os problemas do cotidiano. José do Carmo e sua esposa, dona Aparecida, desfilam na escola Rosas de Ouro há oito anos. “É uma das poucas ocasiões durante o ano em que a gente se sente à vontade, alegre”, confessa José. Ele é torneiro mecânico de manutenção da Sabesp, tem 42 anos, e ganha Cr\$ 1,2 milhão mensalmente. “Mesmo com este salário, que não é dos piores, a gente passa um grande sufoco. Tem que agüentar todo dia os ônibus lotados e as broncas da chefia. É na avenida, durante o carnaval, que a gente extravasa todo este sofrimento.”

Dona Aparecida vai mais além: “O pobre não tem vez. Tem que agüentar a carestia da vida, o salário baixo, as dificuldades para educar as crianças. Na passarela é que a gente tem a oportunidade de se divertir um pouco, de esquecer todos os problemas”. É como diz dona Clotilde Dias da Silva: “Quando a gente está na passarela é como se vivesse num outro mundo, onde não há tristeza e sofrimento”.

Dona Clotilde, com 59 anos de idade, é auxiliar de enfermagem no Hospital Cruz Azul. Ela é uma verdadeira amante do samba: desfila há mais de dez anos; suas duas filhas também integram a Rosas de Ouro, assim como seus cinco netos. “Nos três dias de desfile a gente esquece que ganha apenas Cr\$ 400 mil por mês, que pega duas conduções por dia, que tem inúmeros problemas na família. Nestes dias a gente se sente feliz, parece que vive numa outra vida.”

“SEM ALIENAÇÃO”

Mas a festa carnavalesca dura apenas três dias; depois vem quarta-feira de Cinzas, a exploração e a miséria. Por mais que as classes dominantes in-



Dona Clotilde: “Na passarela parece que a gente está num mundo sem tristeza e sofrimentos”

vistam em reforçar o conteúdo alienante do carnaval, não conseguem fazer o povo esquecer dos inúmeros problemas vividos durante todo o restante do ano. Como bem lembra o funcionário público João Santiago: “Carnaval é divertimento, é cultura popular. Está na raiz do povo. Mas não é alienação, não pode adormecer toda a galera”.

Para ele, que participou dos comícios pelas diretas-já e acredita em mudanças no governo Tancredo Neves, “hoje a galera está mais consciente. Ela sabe que o dia-a-dia está difícil.

Ninguém agüenta a carestia, o salário míngua. A galera vem para a avenida extravasar, esquecer as dificuldades. Mas depois ela volta para o trabalho e para a luta. Como se tem falado, este é o carnaval da democracia. E o povo vai lutar pela conquista de mudanças no País”.

“O Bloco dos comunistas chegou”

Nesta avenida iluminada nós só queremos sambar
Pedimos licença ao povo para o comunista desfilar
São mais de meio século de lutas sem direito à liberdade agora na democracia a legalidade nós vamos conquistar
Estamos com uma moçada que é bamba para lutar
Vamos mostrar, camaradas, que os comunistas também sabem sambar
Oô, Oô, Oô,
O Bloco dos comunistas chegou

Partido Comunista do Brasil. Com um samba próprio, o bloco saiu às ruas de Santo Amaro, bairro de maior concentração operária da Zona Sul da capital paulista. Sua bateria, com mais de 50 componentes, atraiu inúmeros foliões, que sambaram nos três dias da festa popular.

A maioria dos integrantes do bloco é formada por jovens trabalhadores da região. Demonstrando que “a moçada é bamba para lutar” e que “os comunistas também sabem sambar”, o bloco conquistou a simpatia da população. Durante o “desfile”, vários populares se solidarizaram com a luta pela legalidade do PC do Brasil.

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.
Telefone: 36-7531 (DDD 011).
Telex: 01132133 TLOBR.
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.
Conselho de Direção: Clóvis Lústosa, Bernardo Joffily, Régis Rangeli.
ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Macelão: Rua Cincinela Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
AMAZONAS - Manaus: Rua Simon Bolívar, 231 (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone 237-6644 - CEP 69000.
BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Santos Dumont, 218 - Centro - CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar, sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro - CEP 44000. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44060 - Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. SALVADOR: Rua Senador Costa Pinto, 845 - Centro - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimes) - CEP 43700.
DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV - sala 312 - CEP 70302.
CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000.

Tribuna Operária

Iguatu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 79960. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.
ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.
GOIÁS - Goiânia: Rua 27, nº 89 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.
MARANHÃO - São Luís: Rua da Saavedra, 99 - Centro - CEP 65000.
MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone 321-5095 - CEP 78000.
MATO GROSSO DO SUL - Campo Largo: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.
MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. Juiz

de Fora: Galeria Constança Valadares, 3º andar, sala 411 - CEP 36100.
PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000.
PARAÍBA - João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 540 - 2º andar, sala 201 - Calçadão - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Rua Venâncio Neiva, 318 - 1º andar - CEP 58100.
PARANÁ - Curitiba: Rua Tibagi, 428 - CEP 80000. Fone: 234-7484. Londrina: Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.
PIAUÍ - Teresina: Rua Barroso, 144 - 1º andar, sala 4 - CEP 64000.
PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vígrio Batista, 236 - CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5 - sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua Sossogeo, 221, Boa Vista.
RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Presidente Bandeira, 406, sala 109 - Alecrim - CEP 59000.
RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua General Câmara 52, sala

29 - CEP 90000. Caxias do Sul: Rua Dal Canale, 1891, 2º andar, fundos - CEP 95100. Pelotas: Rua Andrade Neves, 1589, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 520. Aberto depois das 9 às 12 horas.
RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua Álvaro Alvim, 31, sala 1801 - Cinelândia - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Av. Marechal Floriano, 2248, sala 4, Centro - CEP 26000.
SÃO PAULO - Americana: Av. dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200.
SERGIPE - Aracaju: Avenida Rio Branco - Edifício Ovidio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.
A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Paste-Up, Fotolito e Impressão, Cia. Editora Jorúes, Fone: 815-4999 - São Paulo - SP.

Sim, eu quero receber a **Tribuna Operária**.
Envio junto com este cupom um cheque nominal à **Editora Anita Garibaldi Ltda.,** pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições)	☐ Cr\$ 70.000,00
Anual popular (52 edições)	☐ Cr\$ 35.000,00
Semestral (26 edições)	☐ Cr\$ 32.800,00
Semestral popular (26 edições)	☐ Cr\$ 16.400,00
Anual para o exterior (em dólares)	☐ US\$ 70,00

NOME: _____
ENDEREÇO: _____
BAIRRO: _____
CIDADE: _____
ESTADO: _____
PROFISSÃO: _____
DATA: _____

Enderece a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01318.

Receba em casa a **Tribuna Operária** fazendo já a sua assinatura!

Tribuna Operária
300 PMs caçam posseiros no Pará
Ofensiva contra esquema

Máfia de branco assalta INAMPS

Um assalto de grandes proporções ao erário público vem sendo praticado por vários hospitais conveniados com o INAMPS. No lugar de armas, simples canetas para falsificar guias de internamento. Como resultado, são surrupiados da Previdência Social mais de Cr\$ 1 trilhão anuais. Só em São Paulo, 34 hospitais estão envolvidos nas fraudes.

O mais recente capítulo da novela das fraudes contra o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) estourou no final de janeiro, em São Paulo, com o escândalo no Hospital Matarazzo. Funcionários foram descobertos, em flagrante, falsificando centenas de autorizações de internação hospitalar (AIH). Esta fraude custaria ao INAMPS três vezes mais que o valor devido ao serviço. Três funcionários foram presos, entre eles, o superintendente do hospital, Dorival José Decoussou.

A partir daí foi se levantando uma rede de corrupção envolvendo desde hospitais a funcionários graduados ao INAMPS, passando por firmas particulares de computação que encaminham a papelada à Dataprev, empresa responsável pelo processamento de dados da Previdência Social. Feito um levantamento sumário, descobriu-se que outros 33 hospitais de São Paulo que prestam serviços ao INAMPS estavam fazendo trambiques.

Mafiosos agiam com total impunidade

O esquema para fraudar a Previdência Social era tão evidente que só com a convivência de funcionários do INAMPS ele não seria descoberto. Em São Paulo existia uma firma especializada em transformar as guias de internamento adulteradas em fitas para o computador da Dataprev. A PCE (Planejamento e Consultoria Empresarial) atendia a quase todos os hospitais envolvidos nas fraudes com o INAMPS. No caso do Hospital Matarazzo, conforme o depoimento de Dorival José Decoussou, foram fraudados das guias, desde julho do ano passado, mais de Cr\$ 1,2 bilhão.

O ministro da Previdência Social, Jarbas Passarinho, veio a público para dizer que "cadeia é a moradia natural para quem pratica este tipo de crime". Só que o ministro esqueceu-se de explicar ao povo por que ainda não havia tomado nenhuma medida séria contra os assaltantes do INAMPS em 15 meses à frente do Ministério.

As denúncias contra estas quadrilhas de mafiosos existem há muitos anos e nunca foram tomadas medidas efetivas para desmantelá-las. O deputado Alcení Guerra, do Paraná, que coordenou a primeira sindicância con-



Hospital Matarazzo fraudou 1,2 bilhão do INAMPS utilizando os trabalhos da PCE (foto ao lado), firma especializada em adulterar as guias AIH (foto menor)

tra as fraudes hospitalares disse que possui provas documentais suficientes para "colocar muita gente poderosa na cadeia, se esta fosse realmente a disposição do governo e da Justiça Federal".

O Ministério da Previdência e Assistência Social conta com um dos maiores orçamentos do país — para 1985 é de Cr\$ 57,2 trilhões. Só a Petrobrás trabalha com mais dinheiro do que a Previdência. A partir de 1964 o governo adotou uma política no sentido de privilegiar a iniciativa privada na área de saúde, como nos outros setores. Hoje existem 3.600 hospitais particulares contratados pelo INAMPS e apenas 42 hospitais próprios para atender 210 milhões de consultas médicas e 206 milhões de exames complementares anuais.

O dinheiro para movimentar este grande aparato, teoricamente, viria de partes iguais dos 25 milhões de contribuintes, dos patrões e do governo. Mas na prática é diferente, pois os patrões sempre dão o calote, o governo desvia sua parte para outros empreendimentos. Restam os trabalhadores, de cujos salários são descontados de 8,5% a 10%. Apesar disso não existe nenhum representante dos assalariados na Previdência para fiscalizar este volume gigantesco de dinheiro.

Se os recursos que entram são muitos, o retorno aos contribuintes em



forma de benefícios sempre foi ruim. O governo alega constantes déficits, falta de verbas etc, para explicar tal precariedade. Nunca lembra de dizer que uma das causas dos rombos nos orçamentos é a corrupção desenfreada. Quem acaba pagando o pato é o povo. Sob a alegação de acabar com o déficit previdenciário, em dezembro de 1981, o general Figueiredo decretou o "Pacote da Previdência Social" aumentando de 8 para até 10% o desconto nos salários dos trabalhadores e retirando de 3 a 5% dos rendimentos dos aposentados.

Rouba-se à vontade e ninguém é punido

Enquanto isso a corrupção não era incomodada, pois havia gente do alto escalão governamental envolvida. Um dos mais escandalosos casos de corrupção ficou conhecido como "Golberyzinho e os 40 ladrões". O filho do general Golbery do Couto e Silva (braço direito de Geisel e Figueiredo no início de seu mandato), junto com Ney Kruehl, filho do general Amauri Kruehl, formaram uma quadrilha com cerca de 40 meliantes. E desviavam, na base de falsificação de guias, a fantástica quantia de Cr\$ 410 milhões (valor da época) por mês. Em novembro de 1976, a quadrilha foi descoberta. Na ocasião o ministro disse que todos os envolvidos seriam punidos, "sejam eles quem forem". Até o SNI se comprometeu a esclarecer a roubalheira. Passado o tempo, nada foi apurado, o dinheiro nunca mais apareceu e ninguém foi punido. Muito

parecido com hoje!

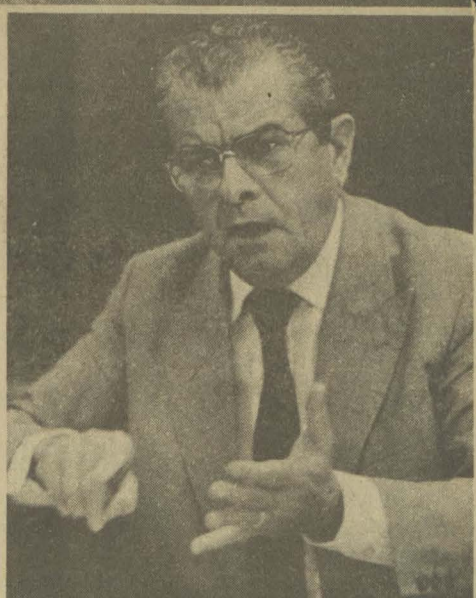
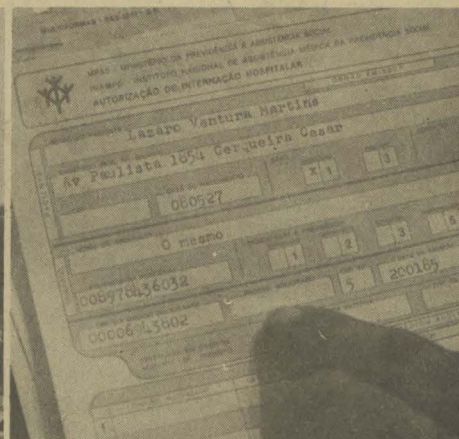
Em 1980, a Polícia Federal e órgãos de segurança fizeram uma sindicância, por amostragem, abrangendo 400 hospitais dos principais Estados brasileiros, constatando um rombo de Cr\$ 600 bilhões por ano. Esse levantamento mostrou que 95% das contas examinadas dos hospitais de São Paulo e Rio Grande do Sul continham fraudes. No Rio de Janeiro e Minas Gerais esse índice era de 90%.

As fraudes vão desde a falsificação das guias, superfaturamento de materiais importados — alguns com valores de 10 a 15 vezes superiores aos efetivamente pagos —, aumento da permanência hospitalar "absurdamente prolongada, sem justificativa" e irregularidade na cobrança de diárias. O Hospital São Marcos, de Ferraz de Vasconcelos, por exemplo, tinha apenas 53 leitos credenciados para clínica médica, mas cobrava do INAMPS a ocupação de 218 leitos nesta especialidade.

O envolvimento direto na corrupção de diretores do INAMPS é um outro dado estarrecedor. O ex-superintendente regional do INAMPS em São Paulo, Thomaz Camanho Neto, foi afastado do cargo porque facilitava o credenciamento de hospitais que aceitavam a Previdência. Hoje seu nome consta como participante direto de uma das quadrilhas que agem na área da assistência médica em São Paulo.

O atual superintendente do INAMPS na capital paulista, Paulo Gomes Romeo, também é acusado de ser conivente com as fraudes. Quem acusa é a ex-agente da Previdência Social de Piracicaba Eodolmira Maria Pampado de Lima. Segundo Eodolmira, em novembro de 1983, ela se negou a assinar uma portaria em que o superintendente do INAMPS nomeava Jurandyr de Carvalho Filho para o cargo de chefe do setor de Medicina Social, sob o argumento de que ele cometia "uma série de fraudes contra o INAMPS". Por esta denúncia Eodolmira foi exonerada do cargo.

Outros exemplos mostram como a impunidade incentiva os meliantes a fraudarem os órgãos da Previdência Social. O rumoroso caso da Clínica Santa Maria, em Curitiba, fechada por roubar o INAMPS, não deu em nada. O processo contra seu proprietário está engavetado na Justiça desde 1980. O Hospital Júlia Pinto Caldeira, de Bebedouro, foi descredenciado por corrupção. Mas seis meses após foi credenciado novamente, quando ainda respondia inquérito.



Passarinho: fraudes crescem na sua gestão

O presidente da Associação Médica Brasileira, Nelson Proença, fez uma advertência diante dos descabros nos hospitais: "É preciso ir a fundo na questão, identificando os hospitais e seus responsáveis, bem como os envolvidos. Não adianta ter em mãos os que adulteram papéis, pois estes poderão ser substituídos. O essencial é descobrir, prender e punir os que organizam a indústria da fraude. E levar essas investigações a todo o país, pois o problema não está só em São Paulo".

É preciso estatizar o setor da saúde

Porém, mais importante do que aprofundar as investigações é mudar o esquema de atuação da Previdência Social. A atual política visa beneficiar, em primeiro lugar, os empresários da área médica. Basta ver o reduzido número de hospitais próprios do INAMPS. A estatização do atendimento médico previdenciário seria o primeiro passo a ser dado. Uma rede hospitalar estatal, com um governo democrático, permite um melhor atendimento aos pacientes e um controle maior contra as fraudes. E, também, não menos importante, que os trabalhadores tenham representantes na direção da Previdência Social para fiscalizar este orçamento gigantesco, em boa parte oriundo dos descontos das folhas de pagamento dos assalariados. São propostas que devem ser discutidas pelo novo governo que assume em 15 de março. Um detalhe: com os descabros administrativos que marcam este setor durante os últimos 20 anos,



INAMPS: péssimo atendimento para o contribuinte e paraíso para os corruptos.

OPINIÃO

Botar os corruptos na cadeia!

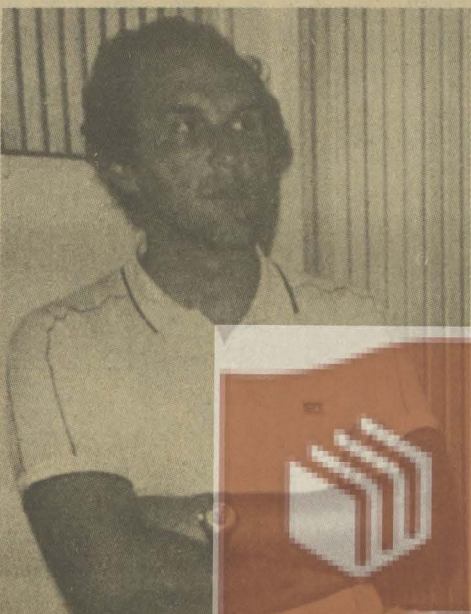
O regime mais corrupto da nossa história chega ao fim, "coincidentemente" com uma série de escândalos financeiros estourando em diversos setores. INAMPS, Sulbrasil, Habitasul, Sunamam são os casos de fraudes que estão nas manchetes dos jornais.

De repente, órgãos como a Polícia Federal, SNI, ministros de Estado fazem declarações altissonantes contra os corruptos. Alguns "bagrinhos" são presos, mas os "tubarões" continuam soltos. Comentase que esta investida não é propriamente para apurar, mas para armar as coisas no sentido de impedir que o novo governo leve a investigação até o fim.

Na guerra existe a tática do diversionismo: fazer alarde em uma dire-

ção a fim de que o inimigo deixe de lado o verdadeiro alvo. Há vários anos denúncias são feitas contra os assaltantes do erário público sem nenhuma consequência prática. A nação está cansada de ser ludibriada. Não será com três corruptos presos que vamos deixar de lado o restante da quadrilha que assaltou o País.

Urge pôr fim a este sistema de credenciamento de hospitais particulares, onde os comerciantes da medicina são beneficiados e as bases da corrupção ficam estabelecidas. Da mesma forma o povo deve forçar para que as apurações prosigam até alcançar os principais responsáveis, e que estes, uma vez localizados sejam exemplarmente punidos.



Decoussou, especialista em roubar